

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 177/2021
Data: 12/11/2021**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
LUCAS RÊNIO: A LIBERDADE PROFISSIONAL PEDE PASSAGEM.....	4
VELEIRO FRANCÊS 'TARA' CHEGA NESTA SEXTA AO PORTO DE SANTOS.....	5
SINDICATO DOS DESPACHANTES ADUANEIROS ELEGE NOVO PRESIDENTE EM SANTOS.....	6
PORTO DE SANTOS RECEBE CINCO PROPOSTAS PARA DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO.....	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	8
DIRETOR-GERAL DA ANTAQ É DESIGNADO REPRESENTANTE DA AGÊNCIA NA CONPORTOS.....	8
PORTAL PORTO GENTE	9
MAIS PORTOS, MENOS BRASÍLIA.....	9
DE OLHO EM CRESCIMENTO DO TURISMO, EMPRESÁRIOS DEFENDEM LEGALIZAÇÃO DAS APOSTAS.....	9
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	11
DP WORLD SANTOS TEM ÚNICA OPERADORA DE PORTÊINER DO PORTO DE SANTOS.....	11
RÉGIS PRUNZEL, PRESIDENTE DO SOPESP PARTICIPA DO PROGRAMA PORTO & NEGÓCIOS.....	12
PORTO DE SANTOS REGISTRA LUCRO RECORDE PARA O 3º TRIMESTRE.....	12
ANTAQ PRORROGA CONSULTA PÚBLICA PARA LICITAÇÃO DA ÁREA STS53 NO PORTO DE SANTOS.....	13
AUTORIDADES DEFINEM AÇÕES DURANTE A OPERAÇÃO VERÃO EM SANTOS.....	13
MULTILOG ASSINA CONTRATO PARA OPERAÇÃO DO PORTO SECO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, EM SANTA CATARINA.....	14
ACESSO AO PORTO DE SANTOS VOLTA A SER FEITO COM BIOMETRIA.....	15
MARCELO PATRÍCIO, GERENTE-EXECUTIVO DE OPERAÇÕES PORTUÁRIAS DO TECON SANTOS, EXPLICA O FUNCIONAMENTO DE UM TERMINAL PORTUÁRIO DE CONTÊINERES EM REPORTAGEM SOBRE COMÉRCIO ONLINE.....	16
AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS - DF	16
COMISSÃO APROVA LICITAÇÃO DE PORTO PELO CRITÉRIO DE MAIOR VALOR DE OUTORGA.....	16
REVISTA VEJA	17
BOLSONARO ANUNCIA PRORROGAÇÃO DE DESONERAÇÃO DA FOLHA POR DOIS ANOS.....	17
ISTOÉ - DINHEIRO	18
PPSA HABILITA SEIS EMPRESAS PARA LEILÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO DO DIA 26.....	18
NOTÍCIAS MOSTRAM INFLAÇÃO ALTA NOS EUA, NO BRASIL, MÉXICO, CHINA, DIZ CAMPOS NETO.....	19
BNDES E EMBRAPII FIRMAM PARCERIA PARA INVESTIR ATÉ R\$ 510 MI EM INOVAÇÃO.....	20
NÍVEL DE HIDRELÉTRICAS TERÁ DE DOBRAR EM 2022, MAS CHUVAS TRAZEM CONFIANÇA, DIZ ONS.....	20
MONEYTIMES	22
PREÇOS DO PETRÓLEO TÊM 3ª QUEDA SEMANAL SEGUIDA.....	22
MERCADO SUBESTIMA POTENCIAL DE CRESCIMENTO DO BRASIL E PAÍS VAI SURPREENDER EM 2022, DIZ GUEDES.....	23
BASTIDORES DE BRASÍLIA: O PRAZO DO TIME GUEDES PARA PEC DOS PRECATÓRIOS.....	24
ESTADO DE MINAS - MG	25
BRASIL ULTRAPASSA MARCA HISTÓRICA DE 12 GW EM GERAÇÃO SOLAR, DIZ ABSOLAR.....	25
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	26
SEIS EMPRESAS HABILITADAS PARA COMPRA DE ÓLEO DA UNIÃO.....	26
OFERTA QUESTIONADA POR DISTRIBUIDORAS DE GÁS AFETA CERCA DE 20% DA DEMANDA NACIONAL DE GÁS.....	26
COP26 PUBLICA SEGUNDO RASCUNHO DE TEXTO FINAL COM AVANÇOS E RETROCESSOS.....	28
JORNAL O GLOBO – RJ	30
PEC DOS PRECATÓRIOS DEVE SER LEVADA À JUSTIÇA POR FERIR CLÁUSULA PÉTREA DA CONSTITUIÇÃO. ENTENDA.....	30
PETROBRAS VENDE REFINARIA NO PARANÁ POR R\$ 178 MILHÕES.....	31
ARCELORMITTAL ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 4,3 BILHÕES NO BRASIL PARA EXPANDIR CAPACIDADE DE PRODUÇÃO.....	32
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	34
BNDES REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 11,3 BILHÕES NO 3º TRI, ALTA DE 29%.....	34
BOLSONARO ANUNCIA PRORROGAÇÃO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO POR MAIS 2 ANOS.....	35
DECRETO REÚNE NORMAS TRABALHISTAS E FACILITA O ACESSO POR EMPREGADORES E EMPREGADOS.....	36
LUCRO DA CCR CRESCE 53% NO 3º TRI COM RECUPERAÇÃO DO TRÁFEGO.....	37
COMO O GOVERNO IRÁ MODERNIZAR A GESTÃO PÚBLICA ATRAVÉS DO DIÁLOGO COMPETITIVO.....	38
HIDRELÉTRICA 'SEM DONO' ABASTECE FÁBRICA DA VOTORANTIM EM SÃO PAULO.....	40



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 177/2021
Página 3 de 53
Data: 12/11/2021
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

VALOR ECONÔMICO (SP)	42
PRIVATIZAÇÃO VAI A CONSULTA NESTE ANO, DIZ PORTO DE SANTOS	42
MINÉRIO DE FERRO CAI 3,11% NO PORTO CHINÊS DE QINGDAO, PARA US\$ 89,69 A TONELADA	43
NOVA LEI DE LICITAÇÕES E SEGURO GARANTIA ENFRENTAM OBRAS PARADAS	44
ACORDO CRIARÁ ROTAS VERDES MARÍTIMAS	45
AGÊNCIA BRASIL - DF	46
LEILÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO TERÁ SEIS CONCORRENTES	46
STF SUSPENDE PORTARIA QUE PROÍBE DEMISSÃO POR FALTA DE VACINA	47
PORTAL PORTOS E NAVIOS	47
MARÍTIMOS PEDEM REINSERÇÃO DE 2/3 DE BRASILEIROS E LASTRO NO TEXTO DO BR DO MAR	47
VAN OORD OFERECIU MELHOR PROPOSTA EM CONCORRÊNCIA PARA DRAGAGEM EM SANTOS.....	49
PRIVATIZAÇÃO DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE ITAJAÍ É EQUIVOCADA, APONTA LOGÍSTICA BRASIL	50
COP26: MAIS DE 20 NAÇÕES PROMETEM DESENVOLVER ROTAS MARÍTIMAS COM EMISSÃO ZERO.....	51
PROBLEMAS DE COMPETITIVIDADE DA MARINHA MERCANTE PRECISAM SER ENFRENTADOS, DIZ EX-COMANDANTE DA MB ..	52
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	53
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	53



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

LUCAS RÊNIO: A LIBERDADE PROFISSIONAL PEDE PASSAGEM

Escolha de sistema de contratação de trabalhadores portuários gera debate

Por: *Lucas Rênio*



Lucas Rênio: A liberdade profissional pede passagem Foto: Max

O debate sobre qual sistema deve ser aplicado à contratação de trabalhadores portuários via CLT, representado pela contraposição entre os critérios de “prioridade” e de “exclusividade”, é certamente o mais complexo quando se trata de relação capital-trabalho nos portos.

A “prioridade” implica obrigação de que o operador portuário dê preferência aos trabalhadores inscritos no Ogmo, ficando autorizada a contratação de pessoas estranhas a tal sistema em caso de não preenchimento das vagas. A “exclusividade”, por sua vez, impede que o operador portuário dê emprego para trabalhadores sem inscrição na entidade.

Se o pessoal do sistema não se interessar, não estiver preparado ou se por qualquer outra razão as vagas não forem preenchidas, restam ao operador portuário duas alternativas numa primeira análise: paralisar suas atividades (!) ou abrir mão do direito de contratar vinculados e recorrer, forçosamente, ao trabalho avulso (o art. 40 da Lei n. 12.815/2013 assegura ao operador portuário a prerrogativa de contar com uma equipe 100% vinculada).

E qual desses critérios está correto? Seja para dentro ou fora do porto organizado, nenhum dos dois! A reserva de mercado, pano de fundo de todo esse debate, já cumpriu seu papel no trabalho portuário brasileiro e deixou de ser sustentável. Não faz mais sentido.

Esse instituto tem sua origem e aplicação pautadas em razões históricas, sem sustentação técnica.

Surgiu na época das guildas, no contexto das corporações de ofício, e foi mantida por séculos nas mãos de grupos com ligações étnicas e/ou familiares que detinham, em regime de monopólio, o capital de conhecimento (o “saber fazer”) que era indispensável à realização do trabalho portuário artesanal na era pré-contêiner.

Tratava-se de um sistema de autopreservação para controle do mercado de trabalho, realidade que rendeu aos portuários as alcunhas de favoured dockers, blue eyes e royals em portos europeus.

No Brasil, o legislador de 1993 só inseriu a expressão “exclusivamente” para assegurar, de forma provisória, a acomodação do grande contingente de trabalhadores que passariam por uma brusca mudança com o advento da Lei n. 8.630.

Já se passaram quase trinta anos desde então, e essa motivação social já não existe mais: aquela geração de trabalhadores foi protegida e teve tempo mais do que suficiente para se adaptar ao novo modelo de regulação portuária trabalhista.

Tanto a “prioridade” quanto a “exclusividade” são inconstitucionais. Assim como acontece em qualquer outro setor produtivo, os operadores portuários precisam ter sua livre iniciativa respeitada para que possam contratar livremente seus empregados.

A liberdade profissional também pede passagem, pois deve ser assegurado um tratamento isonômico a milhões de trabalhadores que não pertencem ao sistema Ogmo e almejam conquistar um emprego no porto.

Essa liberdade existe em Portugal, por opção política, e foi aplicada recentemente pelo Tribunal de Justiça da União Europeia aos sistemas de trabalho portuário de Espanha e Bélgica. O caso específico da Bélgica é interessante porque reforça a tese de concretização, aqui no Brasil, do “cadastro técnico aberto para vinculados no Ogmo” instituído pela lei dos portos de 1993 e mantido na lei de 2013.

O referido cadastro, totalmente desvinculado do regime de trabalho avulso, incluiria no sistema Ogmo trabalhadores certificados por tal instituição que integrariam um grande (quicá ilimitado) banco de currículos para vinculação empregatícia.

Esta, além de algumas outras, pode ser uma interessante saída para amenizar a insegurança jurídica e regulatória que paira sobre o tema da vinculação empregatícia no trabalho portuário. A liberdade de vinculação empregatícia nos terminais de uso privado (TUPs), assegurada expressamente desde a lei de 1993, deve ser preservada e estendida para dentro do porto organizado.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 12/11/2021

VELEIRO FRANCÊS 'TARA' CHEGA NESTA SEXTA AO PORTO DE SANTOS

A tripulação da embarcação estuda biodiversidade marinha, poluição dos mares e preservação dos oceanos

Por: Redação



Veleiro está em uma expedição que deve percorrer cerca de 70 mil quilômetros
Foto: Tara Océan/Divulgação

Santos recebe, hoje, o veleiro-laboratório Tara, da fundação francesa Tara Océan. A tripulação da embarcação estuda biodiversidade marinha, poluição dos mares e preservação dos oceanos. E, atualmente, está em uma expedição pelo Oceano

Atlântico, que vai durar dois anos e deve percorrer cerca de 70 mil quilômetros.

O Tara tem 36 metros de comprimento, conta com três tipos de laboratório e tem capacidade para realizar cinco coletas diferentes em alto-mar.

A embarcação ficará fundeada em frente ao Deck do Pescador, na Ponta da Praia.

A expedição recebeu o nome de Missão Microbioma porque a tripulação quer entender como as mudanças climáticas e os vários tipos de poluição, como dos microplásticos, estão afetando as correntes oceânicas e a vida dos microorganismos marinhos como bactérias e vírus.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 12/11/2021

SINDICATO DOS DESPACHANTES ADUANEIROS ELEGE NOVO PRESIDENTE EM SANTOS

Carlos Melo foi eleito em votação nesta quinta-feira (11)

Por: **Fernanda Balbino**



Eleição ocorreu nesta quinta-feira (11), em Santos Foto: José Luiz Borges/Divulgação

O Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Santos e Região (SDAS) terá uma nova diretoria a partir do início do ano que vem. O novo presidente será Carlos Melo, que venceu a eleição realizada na quinta-feira, com 394 votos. Como metas, estão a capacitação, a transparência na gestão e o

desenvolvimento de ações sociais para a categoria. A transição do comando da entidade deve começar ainda neste mês.

O atual presidente do SDAS, Nívio Perez dos Santos, permanecerá no cargo até o final deste ano. Por já ter sido reeleito, o executivo, que também é presidente da Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros (Feaduaneiros) não poderia se candidatar. Por isso, passou a apoiar o candidato Ricardo Lopes Botelho, que teve apenas 195 votos.

Ontem, o dia de Melo foi de agradecer pela confiança da categoria. Agora, o plano do futuro presidente, que vai tomar posse no início do ano que vem, é se inteirar sobre as rotinas do SDAS para que possa tornar seus planos realidade.

“O norte da campanha é a capacitação do despachante aduaneiro. A gente vai investir. Passou-se o tempo e perdemos representatividade. Precisamos de profissionais qualificados. O despachante tem que estar inserido nesses avanços tecnológicos”, destacou Melo

Segundo ele, a entidade precisa participar de forma mais ativa dos eventos que discutem o dia a dia do Porto de Santos. Tudo para garantir que a categoria esteja atualizada às novas tendências do mercado e também aos novos regramentos tanto jurídicos, como dos órgãos anuentes.

Transparência de gestão e humanização da relação com funcionários e associados são outros pontos levantados pelo futuro diretor tesoureiro da entidade, Paulo Sergio Nogueira. “A ideia é trazer as pessoas para perto do sindicato. Existe um projeto em andamento de humanizar atendimento, com psicólogos, principalmente em questões relacionadas à pandemia de covid-19”.

De uma família de despachantes aduaneiros, o vice-presidente da chapa vencedora, Leonardo Vianna Gomes, destaca a necessidade de modernização do departamento jurídico do SDAS como outra prioridade da nova gestão.

De saída

Após dois mandatos de quatro anos, a avaliação do atual presidente é positiva sobre a sua gestão. “Se tirar impeachment da presidente República (Dilma Rousseff) e dois anos de pandemia de covid-19, acredito que fomos bem porque não tiramos benefícios de aposentados, plano de saúde, dentistas. Buscamos tentar minimizar problemas, mesmo com queda na arrecadação. Usamos uma reserva financeira para não afetar”.

Santos também aponta o trabalho direto da Receita Federal e outros órgãos ligados ao Porto de Santos. “Fomos ao Colfac (Comissão Local de Facilitação do Comércio), levando sugestões,

muitas acatadas após consulta ao Comitê Nacional de Facilitação de Comércio (Confac). Foram vitórias importantes para o dia a dia do despachante aduaneiro”.

Até 31 maio do ano que vem, o presidente do SDAS continua no comando da Feaduaneiros. Pouco antes disso, será realizada uma nova eleição para a entidade que representa os despachantes de todo o País.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/11/2021

PORTO DE SANTOS RECEBE CINCO PROPOSTAS PARA DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO

Porém, DTA Engenharia ameaça interromper a obra por falta de pagamento da Autoridade Portuária de Santos

Por: Fernanda Balbino



A dragagem é necessária para garantir o tráfego seguro de embarcações no canal de navegação do Porto Foto: Arquivo/AT

Cinco empresas encaminharam propostas para a dragagem de manutenção do Porto de Santos, ontem. Agora, a Autoridade Portuária de Santos vai avaliar a documentação das proponentes. Enquanto isso, a DTA Engenharia, atualmente responsável pelo

serviço, ameaça parar a obra e aponta uma dívida milionária da estatal.

Após a licitação, a nova contratada será responsável pela dragagem de manutenção nos trechos 1, 2, 3 e 4 do canal de acesso, nas bacias de evolução, nas áreas de acesso aos berços e nos berços de atracação do Porto, por dois anos, garantindo continuamente as profundidades de projeto.

A melhor proposta foi apresentada pela Van Oord Operações Marítimas, que cobrou R\$ 371 milhões pelo serviço. As outras que apresentaram proposta foram Enterpa, DTA Engenharia, Jan de Nul e Dragabrás.

O contrato em vigor, com a DTA Engenharia, vence apenas no ano que vem. A empresa foi contratada para manter as profundidades do Porto de Santos por dois anos. Para isto, cobrou R\$ 274 milhões, mas aponta que apenas uma pequena parte deste valor foi pago até agora.

“Após contratar, no início do ano passado, a DTA Engenharia para a realização do serviço pelo período de dois anos, a Autoridade Portuária não tem honrado com os seus compromissos. Pelo contrário. A administradora do Porto conta com uma dívida milionária junto à empresa. O vencimento do contrato, no valor previsto de R\$ 274 milhões, acontece em abril de 2022 e, até agora, foram pagos menos de 20% do previsto. Talvez isso explique os resultados exorbitantes apresentados pela estatal ao mercado recentemente”, destacou a empresa.

Segundo a DTA, houve uma série de “intercorrências” desde que o contrato foi assinado. Entre elas, estão “a restrição no uso de overflow; redução substancial dos volumes contratados; variação cambial excessiva; e índice de reajuste, que não representa o setor, dentre outros”.

O overflow permite que a água removida junto com os sedimentos retorne ao estuário, concentrando o material para ser levado ao bota-fora. De acordo com a empresa, restringir o seu uso resulta em levar muita água, exigindo muito mais viagens e aumentando o prazo e o custo da operação.

“Diante desse cenário, infelizmente, é esperado que tenhamos as nefastas judicializações, praticamente uma marca registrada nessas licitações de dragagem, que só serviram no passado para gerar contratações emergenciais sempre suspeitas de superfaturamento”, concluiu a empresa.

Contrato

A Autoridade Portuária informou que “o atual contrato de dragagem de manutenção está vigente até janeiro de 2022, com os serviços sendo regularmente pagos após cada medição. Existem pleitos que estão sendo discutidos administrativamente com a contratada, como é comum no âmbito da administração pública.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/11/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

DIRETOR-GERAL DA ANTAQ É DESIGNADO REPRESENTANTE DA AGÊNCIA NA CONPORTOS



Eduardo Nery – Foto: Divulgação / ANTAQ

A Comissão dispõe, em âmbito nacional, sobre procedimentos de segurança pública nos portos, terminais e vias navegáveis

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Eduardo Nery, foi designado pelo secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, representante da Autarquia na Comissão Nacional de Segurança Pública

nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – Conportos. O chefe do gabinete da Diretoria Geral da Agência, Marcos Mendonça da Silva, será o suplente. A Portaria, de 08 de novembro último, designando o novo representante da ANTAQ na Comissão, foi publicada na edição de ontem (10), Seção 2, do Diário Oficial da União.

O que é

A Conportos foi criada pelo Decreto nº 1.507 de 30/05/95, alterado pelo Decreto nº 1.972 de 30/07/96 e substituído pelo Decreto nº 9.861, de 25/07/19, e é integrada por representantes dos ministérios da Justiça e Segurança Pública, por indicação da Polícia Federal, que a preside; Defesa, por indicação do Comando da Marinha; Relações Exteriores; Economia, por indicação da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; Infraestrutura; e ANTAQ.

Entre as suas atribuições, a Comissão dispõe, em âmbito nacional, sobre procedimentos de segurança pública nos portos, terminais e vias navegáveis e zela pelo cumprimento da legislação nacional, dos tratados, das convenções, dos códigos internacionais e das respectivas emendas das quais o país seja signatário que disponham sobre segurança e proteção nos portos, terminais e vias navegáveis.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 12/11/2021

PORTAL PORTO GENTE

MAIS PORTOS, MENOS BRASÍLIA

Editorial Portogente

Ministério da Infraestrutura (Minfra) acirra disputa nos portos de Santa Catarina

Com expressiva representação política de Santa Catarina, nesta terça-feira (9/11), a Audiência Pública da Comissão Mista da Assembleia Legislativa debateu a desestatização dos portos catarinenses. Representando o Ministério da Infraestrutura (Minfra), o secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni, fez a defesa das intenções federais. Como mostra o filme do evento: uma decisão política opulenta, com argumentos técnicos insuficientes.



Confira no vídeo
Audiência Pública - Desestatização dos Portos de SC - 09/11/21

<https://www.youtube.com/watch?v=A0N64JVQ8QI>

Em 2019, nas suas primeiras alegações desse mal-acabado programa de desestatização, desprovido de horizonte e abundante de exceções não bem explicadas, o secretário Piloni tinha como tese da sua terra plana o modelo australiano. Hoje, é o que disse John Maynard Keynes na década de 30: a

incapacidade do governo para investir. Utiliza equivocadamente os terminais da Portonave e Itapoá, tentando rebaixar e ameaçar ao Porto de Itajaí - que deu certo - sem convencer.

A Empresa de Planejamento e Logística – EPL, foi criada no governo Dilma Rousseff para projetar o trem-bala. Seu projeto de desestatização dos portos, para o MINFRA, carece de planejamento estratégico. Como demonstra a proposta do Portogente, Santos2050, no caso do Porto de Santos, os parâmetros do projeto governamental não permitem expansão para competir por 25 anos. Além disso, fica ameaçado a ser rebaixado a porto da cabotagem.

A exposição do secretário saturada de números e gráficos indigestos, não bem explicados, não dialoga com a sociedade, como clama nas redes sociais Patrícia Lascosque, presidente do Conselho da Associação dos Terminais Portuários Privados - ATP: "nós não queremos apenas ser ouvidos; queremos ser considerados." Os catarinenses, entretanto, defendem princípios republicanos, baseados no significado e na relação de administração e autoridade portuárias.

Já está implantada desde 1993, a privatização da gestão dos portos que Piloni propõe. Autoridade Portuária é conformidade e planejamento, com projetos robustos que garantam a amortização de investimentos. O que não existe no projeto de desestatização do Porto de Santos; fato que o Minfra se nega a ouvir e tampouco considera. Mas, Santa Catarina não acata.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 12/11/2021

DE OLHO EM CRESCIMENTO DO TURISMO, EMPRESÁRIOS DEFENDEM LEGALIZAÇÃO DAS APOSTAS

Editorial Portogente



Discussão no Congresso podem liberar construções de cassinos em resorts, com exploração de jogos como bingo, pôquer, roleta, entre outros

O debate sobre a liberação dos jogos de azar no Brasil tem sido feito por um grupo de trabalho na Câmara dos Deputados. Enquanto isso, empresários do setor de turismo defendem que o tema avance no Congresso Nacional e seja finalmente aprovado por deputados e senadores. A ideia também abarca as apostas esportivas online, em modalidades como o astropay bet365, em competições e torneios de

futebol, NBA, NFL, entre outros.

Até o momento, o grupo da Câmara está focado na atualização do marco regulatório dos jogos no Brasil (PL 442/91 e outros). O texto foi aprovado em comissão especial da Câmara em 2016 e, desde então, aguarda votação no Plenário. A ideia é que o presidente da Casa, o alagoano Arthur Lira (PP) pautar o tema até o final do ano, mas nada está garantido.

Em partes porque a pauta enfrenta certa resistência em alas do governo. Deputados da bancada evangélica não apoiam a medida, assim como uma parcela da classe política, que vê na medida uma facilitação para a lavagem de dinheiro. Ainda assim, a maioria dos deputados é entusiasta de uma regularização para algo que, na prática, já acontece.

Na sociedade civil, empresários do turismo e de áreas correlatas defendem uma atualização do marco regulatório. O presidente do Instituto do Jogo Legal, Magno José, afirmou que “o jogo no Brasil existe e está enraizado na nossa cultura”.

De acordo com o dirigente, em audiência pública realizada no início do mês, as apostas movimentam em torno de R\$ 71 bilhões por ano. Os jogos não regulados representam R\$ 27 bilhões dessa arrecadação geral e as apostas esportivas, que não estão regulamentadas, apesar de regularizadas, representam R\$ 10 bilhões.

Um dos argumentos para a liberação dos jogos de azar é o fomento ao emprego. Magno José acredita que a prática poderá formalizar ao menos 450 mil empregos, que hoje estão no mercado clandestino. Além disso, outras 200 mil vagas poderão ser criadas em caso de uma estrutura legal.

Antônio Dias, conselheiro da Associação Brasileira de Resorts, defendeu que os empresários brasileiros devem ser priorizados no Marco Regulatório e que o capital estrangeiro não pode ser beneficiado em detrimento do nacional. Atualmente, cerca de 400 empresas estrangeiras atuam no mercado online de apostas esportivas e jogos de azar com o público brasileiro

“É fundamental que se acredite no empresariado brasileiro. Temos que dar oportunidade aos brasileiros primeiro, justamente aos empresários que já acreditam e investem no Brasil. Acho necessário ressaltar esse ponto, porque já houve esse tipo de interpretação, que entendemos ser descabida, tem que haver espaço para o capital nacional”, afirmou durante a audiência pública.

Outro convidado da audiência desta foi Bruno Omori, presidente do Instituto de Desenvolvimento, Cultura, Esporte e Meio Ambiente (IDT-CEMA). Ele defendeu a regularização e disse que uma legislação eficiente precisa ser aprovada rapidamente, para melhorar a arrecadação e o turismo no país.

“Estamos fora do mercado. Precisamos rapidamente aprovar esta pauta”. Ele também destacou que, no G20, apenas três países não têm jogos de azar legalizados - o Brasil e mais dois países muçulmanos (Arábia Saudita e Turquia), onde nenhum tipo de jogo de azar é permitido.

Otori também fez coro à uma reivindicação que cresce rapidamente, que permita a construção de hotéis e resorts integrados.

Fonte: Portal Porto Gente

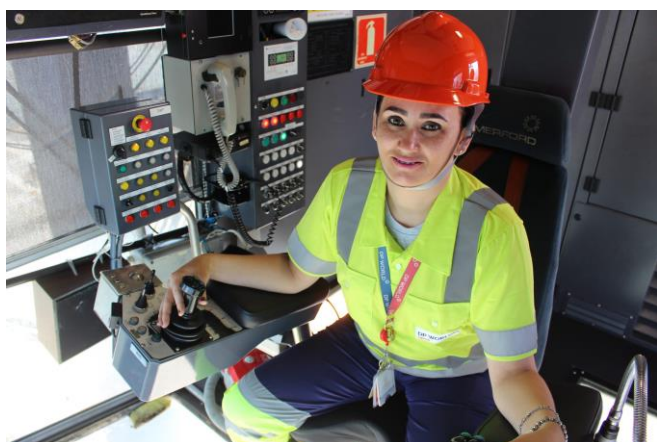
Data: 12/11/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

DP WORLD SANTOS TEM ÚNICA OPERADORA DE PORTÊINER DO PORTO DE SANTOS

Informação: World Santos (12 de novembro de 2021)



Terminal instalado no cais santista quebra tradição masculina na operação de equipamento e reforça oportunidades para as mulheres que atuam no setor – Foto: DP World Santos

A DP World Santos, um dos maiores e mais modernos terminais privados multipropósito do país, conta com a única mulher operadora de portêiner – o maior e mais caro equipamento portuário – do porto de Santos.

Fabiana do Nascimento Almeida já foi a primeira operadora de RTG – o segundo maior equipamento do terminal – e fez parte da primeira turma de operadores que viajou, em 2013, para a DP World Callao, no Peru, para se preparar para a atividade. Desde 2020, estava atuando na operação de pontes rolantes no complexo de celulose, equipamento que movimenta a carga dentro do armazém.

“Estou honrada em representar a força de trabalho feminina em uma função em que, até pouco tempo atrás, era impossível de se imaginar uma mulher. Esse reconhecimento da empresa vem para mostrar que temos competência e qualificação para operar equipamentos pesados e poder desenvolver carreira no Porto de Santos”, celebra Fabiana.

O portêiner é um guindaste montado sobre a estrutura de pórtico que movimenta os contêineres, fazendo o embarque e descarga das caixas metálicas no navio. Trata-se de um equipamento robusto e com largas dimensões, que pode atingir 20 metros de altura e pesar 1.600 toneladas. Para operá-lo, Fabiana precisou fazer cursos específicos, além de treinamentos de atualização. Sua experiência na operação de outros gigantes do terminal foi fundamental para a nova função.

“As operações feitas com o portêiner devem levar o menor tempo possível, o que contribui para a redução do período de atracação das embarcações e melhora a nossa produtividade. Tudo deve ser feito cumprindo rígidos critérios de segurança na movimentação de contêineres. O início da Fabiana é um marco muito importante na história da DP World, pois abre portas para que mais mulheres busquem cargos nas operações”, afirma Ricardo Generozo, Diretor de Operações.

A novidade coincide com o ano de maior ocupação feminina desde que o terminal foi inaugurado. A empresa contabiliza atualmente 110 mulheres em funções operacionais, um aumento de 145% se comparado há dois anos, por exemplo. A expansão da infraestrutura para se tornar um complexo multipropósito e a nova oferta de serviços oferecidos pela DP World Santos têm contribuído para a inserção de mais mulheres no mercado de trabalho.

Para sustentar esse crescimento, a empresa conta com programas de mentoria e outras iniciativas que buscam apoiar e desenvolver mulheres. O programa MentorHer, por exemplo, consiste em sessões de mentoria de profissionais sêniores para mulheres em ascensão, e já está em sua terceira edição, tendo formado mais de 40 participantes.

Sobre a DP World Santos

A DP World Santos é a empresa responsável pela operação de um dos maiores e mais modernos terminais privados multipropósito do Brasil, instalado na margem esquerda do Porto de Santos (SP). Com investimentos de R\$ 2,3 bilhões, proporciona mais de 1.200 empregos diretos e 5.000 indiretos. Instalado em área estratégica com acesso por via marítima, rodoviária e ferroviária, o empreendimento conta com 1.100 metros de cais e uma área total de 845.000 m² e capacidade de movimentação anual de 1,2 milhão de TEU (unidade equivalente a um container de 20 pés) e 3,6 milhões de toneladas de celulose.

Mais informações no portal www.dpworld.com/santos

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 12/11/2021

RÉGIS PRUNZEL, PRESIDENTE DO SOPESP PARTICIPA DO PROGRAMA PORTO & NEGÓCIOS

Informação: Santaportal (12 de novembro de 2021)

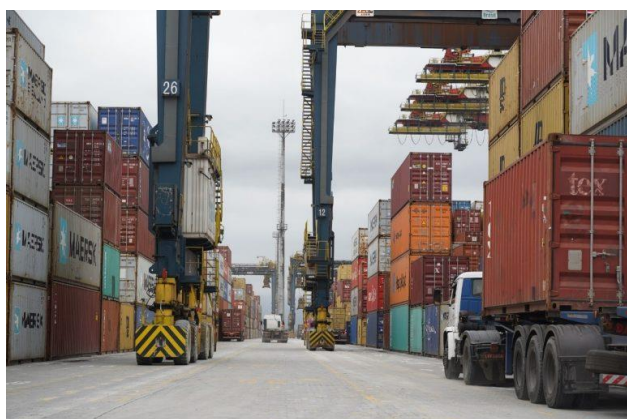
Régis Prunzel, Presidente do SOPESP, Diogo Piloni, Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Eduardo Nery, Diretor-Geral da ANTAQ, Ricardo Arten, CEO da BTP, Frederico Messias, Juiz da 4ª Vara Cível de Santos e Robert Grantham, Consultor na Solve Shipping falam sobre o III Congresso de Direito Marítimo & Portuário ABDM, realizado na semana passada (04 e 05) pela Unisanta e Sistema Santa Cecília de Comunicação.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 12/11/2021

PORTO DE SANTOS REGISTRA LUCRO RECORDE PARA O 3º TRIMESTRE

Fonte: Santos Port Authority (12 de novembro de 2021)



Resultado de R\$ 98,3 milhões supera em 9,2% desempenho verificado no mesmo período de 2020 – Foto: SPA

A Santos Port Authority (SPA), estatal que administra o Porto de Santos, encerrou o terceiro trimestre com lucro líquido de R\$ 98,3 milhões, a melhor marca para o período e um crescimento de 9,2% na mesma base de comparação com 2020. O bom desempenho foi alcançado principalmente pela estrutura mais eficiente de custos e despesas.

“Seguimos focados na implementação de uma cultura de austeridade, promovendo contínuos ganhos de eficiência e racionalização de recursos públicos, perseguindo constantemente a redução de gastos sem abrir mão da qualidade na prestação dos serviços”, afirma o diretor de Administração e Finanças da SPA, Marcus Mingoni.

O destaque positivo no fluxo de cargas foram novamente os contêineres (onde são transportadas as cargas de maior valor agregado), que registrou importante alta de dois dígitos – 21,9% – sobre



o terceiro trimestre de 2020 e atingiu 3,6 milhões de TEU (unidade equivalente a um contêiner de pés) no acumulado do ano, novo recorde para o período.

Apesar do bom desempenho na movimentação de contêineres, a receita líquida total do terceiro trimestre apresentou queda de 19,2%, explicada por dois fatores: a forte base de comparação, em razão de uma receita extraordinária de R\$ 58,5 milhões obtida no terceiro trimestre de 2020; e a quebra na safra de milho e açúcar.

A busca constante pela geração de eficiência foi refletida na queda de 17% nas despesas gerais e administrativas recorrentes, que saíram de R\$ 33,9 milhões no terceiro trimestre do exercício anterior para R\$ 28,1 milhões no terceiro trimestre de 2021, fruto das diversas ações deflagradas pela atual gestão desde 2019 e que continuam sendo implementadas para o aumento na geração de valor da SPA.

Mesmo com receitas menores, a maior eficiência alcançada com as diversas medidas de austeridade e racionalização de gastos viabilizaram ganhos nos indicadores de rentabilidade e geração de caixa. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês), ajustado por eventos extraordinários, apresentou incremento de 3,7%, alcançando R\$ 170 milhões no terceiro trimestre. A margem Ebitda ajustada foi de 60,9%, avanço de 3,7 pontos percentuais no período.

O bom desempenho permitiu que a SPA encerrasse o trimestre com uma posição de caixa bruto de R\$ 1,2 bilhão, importante avanço de 74,4% na comparação com a posição final de caixa do terceiro trimestre de 2020.

“A Companhia está saneada, com liquidez robusta, passivos reduzidos, mapeados e endereçados. Estamos prontos para a desestatização”, disse Mingoni.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 12/11/2021

ANTAQ PRORROGA CONSULTA PÚBLICA PARA LICITAÇÃO DA ÁREA STS53 NO PORTO DE SANTOS

Informação: ANTAQ (12 de novembro de 2021)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ prorrogou para o dia 16 de dezembro o prazo limite fixado para o recebimento de contribuições de que trata o Aviso de Audiência Pública nº 18/2021-ANTAQ. A consulta tem por objeto a obtenção de contribuições para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à licitação do arrendamento de área no Porto de Santos (SP), destinado à instalação de terminal dedicado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente adubos (fertilizantes) e sulfatos. A área é denominada STS53.

A prorrogação foi publicada na edição desta sexta-feira (12), Seção 1, do Diário Oficial da União.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 12/11/2021

AUTORIDADES DEFINEM AÇÕES DURANTE A OPERAÇÃO VERÃO EM SANTOS

Informação: Santaportal (12 de novembro de 2021)

A primeira reunião integrada sobre a Operação Verão aconteceu nesta quinta-feira (11) na Prefeitura de Santos. O encontro teve participação de representantes da Prefeitura, Câmara Municipal, Polícias Civil e Militar, 6º Grupamento de Bombeiros e Salvamar.

O objetivo da discussão foi definir as ações integradas que serão realizadas entre 22 de dezembro e 6 de março de 2022 em Santos, relacionadas à segurança.



Foto: Isabela Carrari / Prefeitura de Santos

A operação visa conter incidentes que costumam se tornar mais comuns durante o final do ano, principalmente na noite de Réveillon, como furtos, brigas e acidentes. Além do aumento do efetivo de profissionais da segurança na Cidade, ações de segurança em locais específicos também serão realizadas.

“Como não haverá queima de fogos, o número de famílias na orla da praia já diminuiu significativamente. Mas esse ano as pessoas

querem extrapolar, em razão da pandemia e do tempo em casa. Essa é uma das nossas grandes preocupações, mas vamos trabalhar juntos, de forma alinhada, para realizar ações efetivas de segurança”, disse o prefeito Rogério Santos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 12/11/2021

MULTILOG ASSINA CONTRATO PARA OPERAÇÃO DO PORTO SECO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, EM SANTA CATARINA

Informação: SEGS (12 de novembro de 2021)

Solenidade acontece nesta quinta-feira, dia 11/11; a empresa será responsável pela operação do recinto para o processo de liberação de importações e exportações, resultando na facilitação dos procedimentos e no aumento do fluxo de cargas na fronteira com a Argentina.

A Multilog foi a vencedora do processo de licitação para construir e operar por 25 anos o novo Porto Seco de Dionísio Cerqueira, no Extremo Oeste de Santa Catarina e divisa com a Argentina. O município é o único ponto de fronteira alfandegado do estado e o projeto irá possibilitar a expansão da estrutura e maior agilidade nos processos de liberação alfandegária de mercadorias.

A solenidade de assinatura do contrato de licitação acontece nesta quinta-feira, dia 11 de novembro, às 15h30, no CTG Sinuelo da Fronteira. O evento terá a participação do governador de Santa Catarina, em exercício Mauro Nadal, do prefeito de Dionísio Cerqueira, Thyago Gnoatto, autoridades da Receita Federal, o Diretor da Multilog, Ailton Darugna, e demais representantes da empresa. A assinatura do contrato é a última fase da licitação entre a Multilog, a Superintendência da Receita Federal da 9ª Região Fiscal, o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.

O novo Porto Seco deverá contar em sua primeira etapa com um armazém para movimentação e armazenagem de mercadorias, além de pátio para movimentação, estacionamento de veículos e área estimada de 70 mil m². Serão investidos R\$ 64 milhões no período de 25 anos do contrato, com receita bruta estimada em R\$ 240 milhões no mesmo período. Além disso, 30 novos empregos diretos e em torno de 200 indiretos serão gerados na primeira fase do projeto.

“O Porto Seco é uma demanda histórica do estado de Santa Catarina e trará um futuro promissor de desenvolvimento para a região. Estamos felizes de ter a Multilog como responsável pela condução do projeto, pois a empresa tem amplo know how na área do comércio exterior”, disse Mark Tollemache, Delegado da Alfândega da Receita Federal de Dionísio Cerqueira e Auditor Fiscal da Receita Federal.

Nos últimos 15 anos, Dionísio Cerqueira, que conecta Paraná – Santa Catarina – Argentina, registrou um fluxo médio de 406 mil toneladas anuais de mercadorias. Na importação, as frutas e vegetais responderam anualmente por cerca de 97 mil toneladas em média nos últimos cinco



anos, enquanto carne e madeira foram os principais produtos exportados, totalizando cerca de 64 mil toneladas anuais.

“Estamos otimistas com a evolução do comércio exterior no Brasil, principalmente o estado de Santa Catarina, e com as projeções da nossa atuação no futuro. Já temos grande expertise em operação de Portos Secos de fronteiras, considerando que estamos à frente dos dois maiores da América Latina, localizados em Foz do Iguaçu e Uruguaiana. Temos certeza de que esta conquista é estratégica e trará muita competitividade e desenvolvimento para a região”, afirma Djalma Vilela, CEO da Multilog.

A Multilog será responsável por operar o recinto para liberação de importação e exportação de mercadorias na fronteira com a Argentina. O endereço do terminal aduaneiro será na BR 280, Linha Separação, em Dionísio Cerqueira (SC). O novo Porto Seco será consideravelmente maior, visando atender à crescente demanda do Mercosul, tendo um fluxo estimado de 20 mil veículos nos primeiros 12 meses de operação.

Saiba mais sobre a Multilog

A Multilog é um operador logístico com mais de 20 anos de mercado, possuindo forte presença no Sul e Sudeste. Possui estrutura e inteligência para desenvolver soluções completas e diversificadas para operações alfandegadas, centros de distribuição e transportes, além de possuir grande expertise nos segmentos químico, de saúde, bens de consumo, automotivo e industrial. A Multilog conta com 20 unidades de negócio, em quatro diferentes estados (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), e 1,5 milhão de metros quadrados de área alfandegada. Ao todo, são mais de 1,5 mil colaboradores e premiações como Top Of Mind, Prêmio Sindusfarma de Qualidade, ISO 9001:2015, Certificação OEA, empresa brasileira de logística número um no ranking Great Place to Work (Melhores Empresas para Trabalhar) 2020, entre outras.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 12/11/2021

ACESSO AO PORTO DE SANTOS VOLTA A SER FEITO COM BIOMETRIA

Informação: Santos Port Authority (11 de novembro de 2021)

Com melhora nos números de casos de covid e avanço da vacinação, a Santos Port Authority (SPA) retoma nesta quarta-feira (10) a obrigatoriedade de biometria no acesso aos gates do Porto de Santos. A decisão atende à Resolução 9/2021 da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (Conaportos), publicada hoje no Diário Oficial da União.

A exigência estava suspensa desde março do ano passado, como uma das medidas de prevenção à covid-19. As demais medidas implantadas, como a obrigatoriedade de uso de máscaras, a recomendação de lavagem constante das mãos e uso de álcool em gel estão mantidas.

Considerado um dos pontos de maior risco para a chegada da pandemia de covid-19 ao País, devido ao fluxo de navios vindos do exterior, o Porto de Santos adotou várias ações para a prevenção e o combate à doença. As atitudes tomadas pela SPA foram reconhecidas como as mais efetivas do setor portuário do continente e, por isso, a Companhia receberá, durante o 29º Congresso Latino-Americano de Portos, a realizar-se em Cartagena (Colômbia), no período de 29 de novembro a 1º de dezembro de 2021, o prêmio AAPA-CIP Port Industry Award of Excellence, na categoria “Covid-19 Pandemic Response”.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 12/11/2021

MARCELO PATRICIO, GERENTE-EXECUTIVO DE OPERAÇÕES PORTUÁRIAS DO TECON SANTOS, EXPLICA O FUNCIONAMENTO DE UM TERMINAL PORTUÁRIO DE CONTÊINERES EM REPORTAGEM SOBRE COMÉRCIO ONLINE

Informação: Santos Brasil (11 de novembro de 2021)



Foto: Santos Brasil

A Santos Brasil foi destaque no programa Arquivo A, da TV APARECIDA. O episódio trouxe uma reportagem sobre Comércio Online, desde seu início, quando a internet ainda era discada, até os dias de hoje, em que a agilidade na logística de entrega e segurança nas transações são premissas.

No segmento que explica o caminho que as mercadorias têm de fazer para chegar até o consumidor, Marcelo Patricio, Gerente Executivo de Operações Portuárias do Tecon Santos, explica o funcionamento de um terminal portuário de contêineres, por onde chega, do mundo todo, grande parte do que é consumido no comércio online nacional.

Na matéria ainda, Marcelo De Francisco, Coordenador Geral de Armazém do Tecon Santos e Clia Guarujá, fala sobre os diversos processos que envolvem armazenagem e desembaraço aduaneiro.

Já para contar como funciona o braço logístico desse percurso, direto do CD São Bernardo, o Diretor de Logística da Companhia, J Roberto Croce Campos é o entrevistado. Ele narra as principais etapas de recebimento, separação, preparação, montagem de kits e despacho das mercadorias que passam pelo Centro de Distribuição da Santos Brasil no ABC.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 12/11/2021



AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS - DF

COMISSÃO APROVA LICITAÇÃO DE PORTO PELO CRITÉRIO DE MAIOR VALOR DE OUTORGA



Proposta também define que parte dos recursos deverão ser usados para investimento em infraestrutura no porto licitado – Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou proposta que altera a Lei dos Portos para incluir o maior valor de outorga como um dos critérios para licitações envolvendo a concessão e o arrendamento de portos.



Atualmente, a Lei dos Portos define como critérios de julgamento nas licitações portuárias, de forma isolada ou combinada, a maior capacidade de movimentação, a menor tarifa ou o menor tempo de movimentação de carga, ou outros estabelecidos no edital.

O relator, deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), recomendou a aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei 910/19 adotado pela Comissão de Viação e Transportes, mas propôs uma emenda.

Infraestrutura

O substitutivo determina que, nos casos de maior valor de outorga, pelo menos 50% do que for arrecadado deverão ser usados pela autoridade portuária para investimento em infraestrutura no porto licitado, sendo proibido o uso dos recursos em gastos de gestão.

Prevê ainda que esse investimento fique limitado “à metade da média anual dos investimentos realizados pela autoridade nos demais portos sob sua administração nos dez anos anteriores à concessão”.

A emenda de Cury exclui dessa regra os casos em que a autoridade portuária não detenha outros portos sob sua administração. “Entendemos que o investimento, no caso de haver um único porto administrado, deve fazer parte da modelagem do negócio, ou seja, dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, e não ter relação com o valor de outorga”, disse.

O projeto original, de autoria do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), destinava os recursos arrecadados com a outorga ao Fundo de Investimento em Infraestrutura Portuária, que era criado pelo projeto.

Tramitação

A proposta ainda será analisada em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Saiba mais sobre a tramitação de projetos de lei

<https://www.camara.leg.br/noticias/573454-SAIBA-MAIS-SOBRE-A-TRAMITACAO-DE-PROJETOS-DE-LEI>

Fonte: Agência Câmara de Notícias - DF

Data: 12/11/2021



REVISTA VEJA

BOLSONARO ANUNCIA PRORROGAÇÃO DE DESONERAÇÃO DA FOLHA POR DOIS ANOS

Enquanto Congresso discute prorrogação, o presidente anunciou que o desconto de impostos para dezessete setores se estenderá

Por Victor Irajá, Larissa Quintino

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, nesta quinta-feira, 11, que prorrogará por dois anos a desoneração da folha de pagamento para dezessete setores. O benefício tributário, que tinha validade até o fim de 2020, foi prorrogado o ano passado pelo Congresso Nacional, mas se encerraria ao final deste ano. Preocupado com efeito do desemprego caso a desoneração caia, o presidente decidiu apoiar a medida. No ano passado, Bolsonaro vetou o dispositivo, mas o Congresso derrubou o veto e manteve o benefício tributário. “Resolvemos prorrogar por mais dois

anos a desoneração da folha. Isso tem a ver com manutenção de emprego. Quem se eleger em 2022 vai ter 2023 todinho para resolver essa questão”, disse o presidente.



No ano passado, Bolsonaro vetou a desoneração da folha aos 17 setores seguindo orientação de Paulo Guedes, mas teve a decisão derrubada pelo Congresso Andressa Anholete/Getty Images

O anúncio de Bolsonaro acontece ao mesmo tempo que o Congresso discute a prorrogação da desoneração para até 2026. Relator do projeto, o deputado Marcelo Freitas (PSL-MG) apresentou, na quarta-feira 10, seu texto em linha com a proposta. Para ser aprovado, o projeto ainda precisa passar

pelo Senado.

A concessão do benefício setorial, que custa cerca de 10 bilhões de reais ao ano para o governo, não agrada a equipe econômica, que defende uma desoneração para todos os setores, sendo bancado por um imposto sobre transações aos moldes da antiga CPMF. Mas os empregadores alegam que o fim da desoneração — que vigora desde o governo Dilma Rousseff, acarretaria demissões. Os setores beneficiados, entre eles construção civil e proteína animal, empregam, atualmente, 6 milhões de pessoas. A taxa de desemprego no Brasil está em patamares elevados, chegando a 13,2% no trimestre encerrado em agosto.

Fonte: Revista Veja

Data: 12/11/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

PPSA HABILITA SEIS EMPRESAS PARA LEILÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO DO DIA 26

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) habilitou seis empresas para o terceiro leilão de petróleo da União, que será realizado na B3, dia 26, para a comercialização de mais de 55 milhões de barris de petróleo de propriedade da União dos campos de Búzios, Sapinhoá e Tupi e da Área de Desenvolvimento de Mero.

Estarão na disputa Petrobras, CNODC Brasil, Equinor Energy do Brasil, Petrogal Brasil, Repsol Sinopec Brasil e a Totalenergies EP Brasil Ltda, informou a PPSA.

Essas empresas já atuam no pré-sal e, com exceção da Petrogal, operam ou participam de consórcio em um dos quatro campos cuja parcela de óleo da União será leiloada.

“As empresas listadas atenderam a todos os requisitos do edital e tiveram sua documentação de habilitação aprovada pela Comissão do 3º Leilão de Petróleo da União. Embora o edital permitisse a realização de consórcio, todas se habilitaram como proponentes individuais”, disse a PPSA.

O leilão será presencial e transmitido ao vivo pelo canal da B3 no Youtube.

As cargas serão leiloadas na seguinte sequência: Búzios, Sapinhoá, Tupi e Mero.



Para cada área serão oferecidos contratos cujos prazos podem variar de 24, 36 ou até 60 meses. A maior carga a ser comercializada é da Área de Desenvolvimento de Mero, de 43,4 milhões de barris para um contrato de 36 meses.

O leilão poderá ocorrer em até três fases. Na primeira etapa, cada área será oferecida por contrato de maior prazo.

Cada proponente entregará sua proposta escrita, tendo como base o Preço de Referência (PR) fixado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) para o respectivo petróleo. Se houver mais de um proponente, terá início o leilão a viva voz. Vencerá a empresa que oferecer o maior ágio.

Caso não haja proposta para o contrato de maior prazo, será realizada uma nova fase, com a reabertura do referido lote para contrato de menor prazo. Da mesma forma, vencerá quem ofertar o maior ágio sobre o Preço de Referência, podendo ou não ter etapa a viva voz.

Se mesmo assim o lote não for comercializado, terá início a fase da repescagem. O lote será reapresentado pelo menor prazo e o vencedor será aquele que oferecer a menor oferta de deságio em relação ao Preço de Referência.

Da mesma forma que na fase anterior, se houver mais de um proponente, terá início o leilão a viva voz. A PPSA poderá aceitar ou não a oferta.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 12/11/2021

NOTÍCIAS MOSTRAM INFLAÇÃO ALTA NOS EUA, NO BRASIL, MÉXICO, CHINA, DIZ CAMPOS NETO

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, destacou nesta sexta-feira, 12, que as notícias atuais mostram inflação disseminada em todo mundo, assim como problemas de falta de insumos. “Notícias mostram inflação alta nos EUA, no Brasil, no México, na China, com a inflação de produtos chinesa acima de 12%. Também mostram falta de suprimentos, metal e reorganização de cadeias produtivas.”

Para explicar esse fenômeno, o presidente do BC lembrou que o consumo maior de bens na pandemia elevou preços, sendo que os países que mais fizeram transferências de renda tiveram esse fenômeno mais forte.

Além disso, Campos Neto destacou que a produção de bens necessita de mais energia. “Grande demanda por bens levou a grande aumento na demanda por energia.”

Campos Neto ainda destacou que isso está relacionado com a transição para a economia verde e afirmou que o financiamento é crucial para resolver os problemas.

Transição para mundo mais sustentável

O presidente do Banco Central afirmou ainda que a transição para a economia mais verde será dura e, em alguns momentos, questionada. “Quando começar a bater nos preços de alimentos e energia, governos vão se questionar, como aconteceu agora na China”, diz, referindo-se aos problemas de energia na China. “O risco de transição é muito grande”, completou.

Nesse contexto, o presidente do BC considerou que o financiamento para a transição passa a ser muito mais importante. “Apesar de todos os esforços das agências, de 70% a 80% do financiamento vai ser privado. Para receber investimentos, empresas e países precisarão ter selo verde.”



Campos Neto faz palestra sobre Sustentabilidade do Mundo Financeiro no Seminário Internacional “Agronegócio Sustentável no Brasil”, promovido pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, em Lisboa.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 12/11/2021

BNDES E EMBRAPII FIRMAM PARCERIA PARA INVESTIR ATÉ R\$ 510 MI EM INOVAÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) firmou parceria com a Embrapii, organização social vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que fomenta inovação de empresas por meio da parceria com centros de pesquisa, para levantar até R\$ 510 milhões em desenvolvimento tecnológico, informou nesta sexta-feira, 12, o diretor de Crédito Produtivo e Socioambiental da instituição de fomento, Bruno Aranha.

A parceria foi anunciada durante a participação do executivo, como mediador, de um evento paralelo à 26.^a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-26), que ocorre em Glasgow (Escócia).

Quatro das sete áreas contempladas pela parceria têm foco na sustentabilidade socioambiental: bioeconomia florestal, biocombustíveis, economia circular e tecnologias estratégicas para o Sistema Único de Saúde (SUS). As outras três áreas são transformação digital, defesa e novos materiais.

A parceria envolve recursos públicos e privados. O BNDES aportará R\$ 170 milhões, não reembolsáveis (ou seja, não são empréstimos), oriundos do BNDES Funtec – Fundo Tecnológico.

Como o modelo operacional da Embrapii exige o cofinanciamento das empresas que usarão as tecnologias desenvolvidas e participação econômica de instituições de ciência e tecnologia (ICTs), os recursos poderão chegar a R\$ 510 milhões, segundo o BNDES.

Além das quatro áreas com foco na sustentabilidade socioambiental, projetos de empresas sediadas na Região Norte ou sejam executados na Amazônia, terão condições diferenciadas de apoio.

“A parceria gera alavancagem de recursos, alavancagem operacional, com a capilaridade das unidades da Embrapii”, afirmou Aranha, ao anunciar a parceria no evento em Glasgow, que foi transmitido pela internet.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 12/11/2021

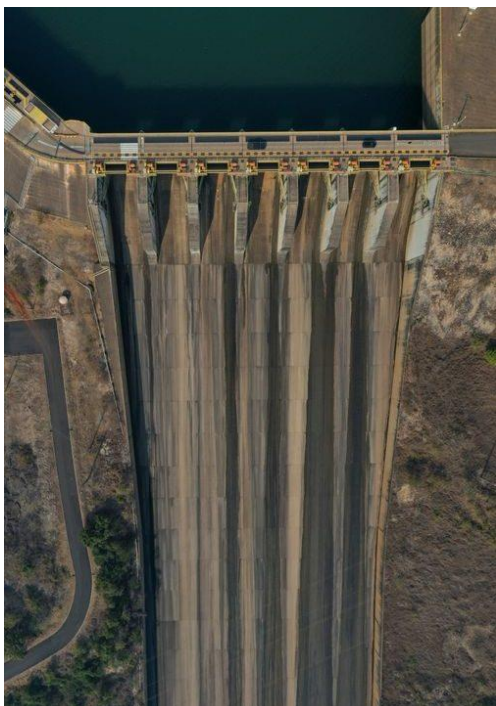
NÍVEL DE HIDRELÉTRICAS TERÁ DE DOBRAR EM 2022, MAS CHUVAS TRAZEM CONFIANÇA, DIZ ONS

Por Rodrigo Víga Gaier

RIO DE JANEIRO (Reuters) – O nível dos reservatórios da região Sudeste/Centro-Oeste, onde estão localizadas as principais hidrelétricas brasileiras, praticamente terá de dobrar até o final do período úmido, em abril de 2022, para o país voltar a registrar algum alívio em termos energéticos, e isso é possível, disse à Reuters o diretor-geral do ONS, Luiz Carlos Ciochi.

Segundo o chefe do Operador Nacional do Sistema Elétrico, após o pior período úmido em mais de 90 anos na área das hidrelétricas, as chuvas começaram dentro do previsto, diferentemente de 2020.

Para novembro, por exemplo, o ONS prevê chuvas acima da média no Sudeste/Centro-Oeste, além de precipitações em 89% da média histórica no Nordeste, outra importante região de hidrelétricas, disse o órgão nesta sexta-feira.



Represa de Furnas em São José da Barra

Atualmente, o nível das represas das regiões Sudeste/Centro-Oeste está em cerca de 18,5%. O ideal, de acordo com Ciocchi, é que as chuvas que começaram agora possam elevar o patamar para perto de 35%.

“Com a chuva que já chegou, unidade do solo, mesmo que a gente projete as chuvas de 2020/2021, que foram as piores da história, a gente chegaria (em abril) em 35%, estourando 40% (no Sudeste/Centro-Oeste)”, destacou ele.

“Esse seria um nível que a gente atravessa o ano de 2022 como esse aqui. Com cautela, cuidado e consegue”, disse ele, destacando que esse nível evitaria qualquer risco de racionamento de energia.

Apesar de o nível das represas terem que dobrar até abril, Ciocchi estima isso seja viável.

“Se a gente chegar nos 35%, vai estar bom... e é possível sim... do ponto de vista técnico, entraremos em 2021/2022 com muito mais confiança do que 2020/2021”, reforçou ele.

As chuvas em janeiro serão importantes para melhorar a situação dos reservatórios, destacou ele, notando que por ora é difícil fazer previsões certas para o primeiro mês do ano.

CUSTOS

Para bancar os custos de acionamento de mais térmicas para garantir o suprimento de energia, o governo criou a bandeira de escassez hídrica prevista para ficar em vigor até abril do ano que vem.

Segundo Ciocchi, não há a menor perspectiva de se abandonar a nova bandeira.

Ciocchi sinalizou, contudo, que se as chuvas vierem dentro ou acima das expectativas, as térmicas mais caras serão desligadas, diminuindo a pressão de custos sobre a energia.

A conta da bandeira tarifária tem sido deficitária, apesar do aumento tarifário, e o setor tem negociado com o governo um pacote ao setor elétrico que incluiria financiamentos de bancos que podem chegar a até 15 bilhões de reais, segundo publicou a Reuters anteriormente.

RECUPERAÇÃO

O diretor-geral do ONS afirmou que depois da maior crise hídrica em mais de 90 anos será preciso um projeto de dois a três anos para recuperar o nível das represas do país.

“Não dá para replecionar reservatórios com uma única estação chuvosa. Esse é um programa a ser mantido e trabalhar isso por dois, três anos. Tem um imponderável enorme porque não se sabe quanto de água que vem”, frisou Ciocchi.

Essa recuperação dos reservatórios, disse ele, não será feita a qualquer preço ou custo. Ciocchi afirmou que não se pode pensar em “encher reservatórios com térmicas que custam 2.400 reais por megawatt hora”.



REDUÇÃO VOLUNTÁRIA

O Operador Nacional do Sistema Elétrico suspendeu esta semana o recebimento de ofertas no programa de redução voluntária do consumo de energia elétrica, que envolveu grandes consumidores de energia e outros agentes, como uma das formas de o governo lidar com a crise hídrica.

Isso ocorreu após a melhora das condições hidroenergéticas e com a efetividade dessas ações emergenciais, disse o diretor.

A medida, no entanto, não exclui a possibilidade da retomada das ações em 2022, caso seja identificada a necessidade de recursos adicionais para atendimento à demanda por energia elétrica no país.

A suspensão foi alvo de críticas, mas o diretor do ONS afirmou que elas são infundadas.

Segundo Ciochi, neste momento, não é preciso de energia de ponta, foco do programa de redução de demanda voluntária.

“Esse programa era para ponta, para aqueles 15 ou 30 minutos que você precisa de 500 MW a mais para não ter problema. Ele foi bem-sucedido e utilizado, mas quando você não precisa, acabou”, disse ele.

Ele explicou que não se pode comparar o preço de uma térmica com a resposta da demanda. “Comparar isso é comparar laranjas com melancia. Uma coisa é pagar caro por uma energia para todo o mês, outra coisa é uma potência num dia de 17h00 às 17h30, por exemplo. Não tem essa de usar um recurso mais caro e deixando de lado um mais barato.”

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 12/11/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

PREÇOS DO PETRÓLEO TÊM 3ª QUEDA SEMANAL SEGUIDA

Por Reuters

Os preços do petróleo caíram nesta sexta-feira, eliminando os ganhos da sessão anterior, com preocupações de que o Federal Reserve dos Estados Unidos acelerará os planos de aumentar as taxas de juros para controlar a inflação.

Os contratos futuros do petróleo Brent caíram 0,70 dólar, ou 0,8%, para fechar em 82,17 dólares o barril. O petróleo dos EUA (WTI) recuou 0,80 dólar, ou 1%, para fechar em 80,79 dólares o barril.

Ambas as marcas de referência caíram pela terceira semana consecutiva, atingidas pelo fortalecimento do dólar e especulações de que o governo do presidente Joe Biden poderia liberar petróleo da Reserva Estratégica de Petróleo dos EUA para aliviar os preços. Em uma base semanal, o Brent caiu 0,7%, enquanto o WTI caiu 0,6%.

“Esta semana foi um bom lembrete para os mercados de petróleo que os preços não são afetados apenas pela trajetória de oferta e demanda, mas também pelas previsões de política monetária e por formas de intervenção governamental”, disse Louise Dickson, analista sênior de mercados de petróleo da Rystad Energy. “Taxas de juros mais altas proporcionariam ainda mais apoio ao dólar e ainda mais pressão baixista sobre os preços do petróleo.”

A secretária de Energia dos EUA, Jennifer Granholm, disse na segunda-feira que Biden poderia agir já esta semana para lidar com a alta nos preços da gasolina.

Fonte: MoneyTimes

Data: 12/11/2021

MERCADO SUBESTIMA POTENCIAL DE CRESCIMENTO DO BRASIL E PAÍS VAI SURPREENDER EM 2022, DIZ GUEDES

Por Reuters



Temos 550 bilhões (de reais) já contratados e mais 150 bilhões (de reais) do leilão 5G que estão chegando (Imagem: Reuters/Ueslei Marcelino)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, acredita que os especialistas de mercado estão subestimando o potencial de crescimento do Brasil em 2022, quando ele prevê que o PIB avançará mais do que o 1% previsto por economistas, depois de crescer cerca de

5,5% este ano.

Guedes argumenta que, apesar da pandemia, o país tem uma base fiscal forte e projetos já contratados que preveem 700 bilhões de reais de investimentos para os próximos anos.

“Ano que vem continuam errando, subestimando o Brasil. Não vou falar quanto vamos crescer, mas, da mesma forma que subestimaram quando a gente caiu, isso acontece de novo agora”, disse ele à Reuters.

“Temos 550 bilhões (de reais) já contratados e mais 150 bilhões (de reais) do leilão 5G que estão chegando, e isso é só começo, até o fim do governo vai ter muita coisa”, acrescentou, ressaltando que o país tem marcos regulatórios que viabilizam uma nova onda de investimentos.

Guedes se reuniu esta semana com CEOs das maiores empresas francesas baseadas no Brasil e, segundo ele, a mensagem dos executivos foi de otimismo com o país.

No último boletim Focus, no entanto, as projeções do mercado recolhidas pelo Banco Central para a alta do PIB em 2022 foram reduzidas de 1,20% para 1%, e algumas instituições já apontam para crescimento perto de zero e alertam para o fenômeno da estagflação.

“Acho que vão errar de novo”, disse Guedes, quando questionado sobre as estimativas para o ano que vem. “Erraram na queda (do PIB em 2020) e vão errar de novo na alta.”

O ministro se mostrou incomodado com críticas ao país feitas pela revista britânica “The Economist”, que apontou em artigo esta semana que o presidente Jair Bolsonaro faz mal à economia brasileira e que Guedes contribui para movimento de burlar o teto de gastos e conduzir o país “à incontinência fiscal”.

A referência foi à PEC dos Precatórios, que altera regra do teto, abrindo espaço para mais despesas no ano eleitoral de 2022.

O ministro ironizou os números da economia do Reino Unido. “Quem deve estar indo bem é a Inglaterra, lá tem fila para abastecer carro, falta carne, caiu o PIB em 9,7% e a gente caiu 4%”, disse ele, em referência a 2020.

“Nós vamos crescer este ano 5,5% e eles, nada. Como dizer que o Brasil está mal? A Economist devia olhar para o próprio umbigo. O Brasil está melhor que as grandes economias, mas particularmente do que o Reino Unido”, acrescentou.



Na conversa pelo telefone, o ministro destacou ainda que a inflação é motivo de atenção do governo, mas frisou que o Banco Central já está atuando para evitar uma disseminação da alta dos preços.

“Os fundamentos fiscais estão muito fortes, e o BC está caçando a inflação”, disse.

Em outubro, o IPCA (índice de inflação ao consumidor) foi de 1,25%, maior variação para o mês desde 2002. Em 12 meses, a inflação oficial acumula alta de 10,67%.

Fonte: MoneyTimes

Data: 12/11/2021

BASTIDORES DE BRASÍLIA: O PRAZO DO TIME GUEDES PARA PEC DOS PRECATÓRIOS

Por Bloomberg

A equipe econômica precisa que a PEC dos Precatórios seja votada no Senado até o final de novembro. Embora saibam que a proposta corre risco de sofrer modificações, especialmente no que trata da regra do teto de gastos, os técnicos afirmam que o texto precisa passar logo para garantir inclusive a liberação de R\$ 15 bilhões em gastos com vacinas e reforço do Auxílio Brasil ainda em 2021.

O maior temor é que o governo seja obrigado a recorrer a uma medida provisória e um decreto de calamidade para pagar o benefício de R\$ 400 prometido para o novo programa em 2022.

Temor

Embora o Tribunal de Contas da União (TCU) tenha dado ao governo um sinal de que aceitaria a solução do auxílio de R\$ 400 por medida provisória e decreto de calamidade, o Ministério da Economia ainda tem os dois pés atrás com essa saída. Primeiro porque um decreto de calamidade abre caminho para todo tipo de gasto fora do teto, não apenas com o programa social.

E depois, a equipe já tem tempo suficiente de governo para saber que um sinal verde a uma consulta do Ministério da Economia agora não necessariamente garante que a corte aceitará a solução quando chegar a hora de julgar as contas do presidente Jair Bolsonaro.

Quem atesta?

O primeiro passo para um eventual decreto de calamidade e uma medida provisória de crédito extraordinário é encontrar dentro da equipe econômica quem ajude a atestar que há condições que justifiquem essa medida. O problema é que ninguém na equipe econômica vê como justificar a imprevisibilidade que seria necessária para esse tipo de solução.

Judiciário vs Legislativo

Tanto no Congresso quanto no próprio STF há quem diga que a decisão da ministra Rosa Weber de suspender a execução das emendas de relator do Orçamento foi precipitada.

O problema não foi defender maior transparência no processo de liberação de recursos públicos para as bases dos parlamentares, mas suspender antes de pedir esclarecimentos ao Legislativo.

Isso agravou a crise entre os dois poderes, foi interpretado como excesso de interferência e ainda prejudicou a chegada de verbas públicas a prefeituras num momento delicado de agravamento da pobreza e com uma pandemia ainda em curso.

Moro

O ex-juiz e ex-ministro Sergio Moro deixou clara a disposição de ser candidato nas eleições de 2022 em seu discurso de filiação ao Podemos.

No entanto, parlamentares próximos ainda acham que Moro tem pele fina e não levaria até o fim uma candidatura diante do peso de uma campanha presidencial.

Mesmo assim, ele vai começar a circular. Planeja ir ao Encontro Nacional do Movimento Brasil Livre (MBL) e a partir do dia 2 de dezembro passará por várias capitais para promover seu novo livro: *Contra o Sistema da Corrupção*.

Fonte: MoneyTimes

Data: 12/11/2021



ESTADO DE MINAS - MG

BRASIL ULTRAPASSA MARCA HISTÓRICA DE 12 GW EM GERAÇÃO SOLAR, DIZ ABSOLAR

O Brasil acaba de ultrapassar a marca histórica de 12 gigawatts (GW) de potência operacional da fonte solar fotovoltaica, em usinas de grande porte e em sistemas de pequeno e médio portes instalados em telhados, fachadas e terrenos, informou a Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar). De acordo com a entidade, a fonte solar já trouxe ao Brasil mais de R\$ 60 bilhões em novos investimentos desde 2012.

"As usinas solares de grande porte geram eletricidade a preços até dez vezes menores do que as termelétricas fósseis emergenciais ou a energia elétrica importada de países vizinhos atualmente, duas das principais responsáveis pelo aumento tarifário sobre os consumidores", disse em nota o presidente da Absolar, Rodrigo Sauaia.

Desde 2012, a geração solar evitou a emissão de 13,6 milhões de toneladas de CO2 na geração de eletricidade. A fonte representa apenas 2% da matriz elétrica brasileira, mas a previsão é de crescimento nos próximos anos no Brasil e no mundo, podendo de tornar a principal geradora de energia até 2050. No caso da geração distribuída, houve aumento de 53% de janeiro a novembro deste ano

Sauaia destacou que, além de ajudar a abater a conta de luz, a energia solar pode ser instalada com mais rapidez do que outras fontes. "Basta um dia de instalação para transformar uma residência ou empresa em uma pequena usina geradora de eletricidade limpa, renovável e acessível. Já para uma usina solar de grande porte, são menos de 18 meses desde o leilão até o início da geração de energia elétrica", explicou.

O Brasil possui 4,5 GW de potência instalada em usinas solares de grande porte, o equivalente a 2,4% da matriz elétrica do País. Desde 2012, as grandes usinas solares já trouxeram ao Brasil mais de R\$ 23,5 bilhões em novos investimentos e mais de 135 mil empregos acumulados, além de proporcionarem uma arrecadação de R\$ 6,3 bilhões aos cofres públicos.

Atualmente, as usinas solares de grande porte são a sexta maior fonte de geração do Brasil, com empreendimentos em operação em nove estados brasileiros, nas regiões Nordeste (Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte), Sudeste (Minas Gerais e São Paulo) e Centro-Oeste (Tocantins).

No segmento de geração própria de energia, são 7,5 GW de potência instalada da fonte solar. Isso equivale a mais de R\$ 37,1 bilhões em investimentos e R\$ 9,4 bilhões em arrecadação acumulados desde 2012, espalhados pelas cinco regiões do Brasil. A tecnologia solar é utilizada atualmente em 99,9% de todas as conexões de geração própria no País.

Fonte: Estado de Minas - MG

Data: 12/11/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

SEIS EMPRESAS HABILITADAS PARA COMPRA DE ÓLEO DA UNIÃO

Por epbr - 12 de novembro de 2021 - Em Petróleo e gás

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) publicou nesta sexta (12) a lista de seis empresas habilitadas para participar do 3º Leilão de Petróleo da União, concorrência para comprar a parte da produção sob gestão da estatal em campos sob o regime de partilha.

São ofertados 55 milhões de barris de petróleo da União, em leilão realizado na B3, em 26 de novembro.

“Todas as seis empresas habilitadas já atuam no pré-sal e, com exceção da Petrogal, operam ou participam de consórcio em um dos quatro campos cuja parcela de óleo da União será leiloadada”, informou a PPSA.

As cargas serão leiloadas na seguinte sequência: Búzios, Sapinhoá, Tupi e Mero. Para cada área serão oferecidos contratos cujos prazos podem variar de 24, 36 ou até 60 meses. A maior carga a ser comercializada é da Área de Desenvolvimento de Mero – 43,4 milhões de barris para um contrato de 36 meses.

Dinâmica do leilão

O leilão poderá ocorrer em até três fases. Na primeira etapa, cada área será oferecida por contrato de maior prazo.

Cada proponente entregará sua proposta escrita, tendo como base o Preço de Referência (PR) fixado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) para o respectivo petróleo. Se houver mais de um proponente, terá início o leilão a viva voz. Vencerá a empresa que oferecer o maior ágio.

Caso não haja proponente para o contrato de maior prazo, será realizada uma nova fase, com a reabertura do referido lote para contrato de menor prazo. Da mesma forma, vencerá quem ofertar o maior ágio sobre o PR, podendo ou não ter etapa a viva voz.

Se mesmo assim o lote não for comercializado, terá início a fase da repescagem. O lote será reapresentado pelo menor prazo e o vencedor será aquele que oferecer a menor oferta de deságio em relação ao PR. Da mesma forma que na fase anterior, se houver mais de um proponente, terá início o leilão a viva voz. A Pré-Sal Petróleo poderá aceitar ou não a oferta.

Informações da PPSA

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 12/11/2021

OFERTA QUESTIONADA POR DISTRIBUIDORAS DE GÁS AFETA CERCA DE 20% DA DEMANDA NACIONAL DE GÁS

Por epbr - 12 de novembro de 2021- Em Mercado de gás



A oferta de novos contratos de gás natural da Petrobras, questionada pelas distribuidoras, afeta cerca de 20 da demanda nacional, informou a companhia. Diz também que o reajuste, que segundo os clientes, supera 300%, representa as condições de mercado.

“Observa-se que alta demanda por GNL e limitações da oferta internacional resultaram em expressivo aumento do preço internacional do insumo, que chegou a subir cerca de 500% em 2021, com tendência de manutenção da alta no início de 2022”, diz a Petrobras.

A Abegás, associação das distribuidoras de gás natural, entrou hoje com representação no Cade para que a Petrobras mantenha as condições dos contratos de gás natural com as distribuidoras enquanto a estatal ainda for a principal supridora do mercado.

Distribuidoras recorrem ao CADE para Petrobras manter condições de contratos de gás
Nesta semana, a Petrobras oficializou as novas propostas de contratação da molécula para 2022 junto às concessionárias.

Há uma urgência na negociação, envolvendo contratos de distribuidoras do Centro-Sul, com vencimento em dezembro.

Privilégio da produção do gás natural para as térmicas

Ainda segundo Marcelo Mendonça, a Petrobras tem privilegiado entregar a produção firme de gás natural às termelétricas, no contexto de crise hidroenergética e maior despacho das usinas.

Ou seja, a estatal tem direcionado o gás tanto da exploração brasileira quanto da importação da Bolívia principalmente para geração de energia elétrica.

Com isso, o atendimento dos outros mercados da petroleira, como as distribuidoras e o segmento de fertilizantes, estão sendo supridos a partir de GNL com preços spot — que a empresa quer agora repassar às distribuidoras.

Os valores que foram propostos são semelhantes ao patamar de preços JKM (Japan Korean Marker), usado para precificar o mercado de curto prazo.

“Não faz sentido a térmica, que é uma demanda flexível e que hoje está atrelada a necessidade do despacho, seja atendida com gás firme e que a distribuidora, que tem um mercado firme, seja atendido com preço spot”, avaliou o diretor da Abegás.

O planejamento do governo federal para atravessar o momento de escassez hídrica prevê a manutenção do despacho de geração térmica para poupar os reservatórios até o início do período seco do ano que vem, em abril de 2022.

Veja o comunicado na íntegra

A Petrobras reforça seu compromisso em oferecer às distribuidoras de gás natural mecanismos contratuais para reduzir a volatilidade e conferir mais previsibilidade aos preços do produto, mantendo o alinhamento com o mercado internacional.

Neste sentido, a companhia está negociando novas modalidades de contratos de gás natural no âmbito das chamadas públicas.

Importante reforçar que, para atender a demanda brasileira por gás natural em 2022, é imprescindível complementar a oferta com importação de GNL.

Observa-se que alta demanda por GNL e limitações da oferta internacional resultaram em expressivo aumento do preço internacional do insumo, que chegou a subir cerca de 500% em 2021, com tendência de manutenção da alta no início de 2022.

Buscando atenuar o aumento, a Petrobras ofertou contratos com referência de indexadores ligados ao GNL e ao Brent, assim como a opção de parcelamento nos contratos de longo prazo.

Cabe reforçar que os novos contratos ainda se encontram em fase de negociação no âmbito das chamadas públicas, nas quais a Petrobras concorre com outras empresas.

Importante ressaltar que essa situação não se aplica a todo o mercado de gás natural, mas apenas a uma parcela de cerca de 20% da demanda nacional.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 12/11/2021

COP26 PUBLICA SEGUNDO RASCUNHO DE TEXTO FINAL COM AVANÇOS E RETROCESSOS

Por Juliana Ennes - 12 de novembro de 2021 - Em Agendas da COP26

Glasgow – O segundo rascunho (.pdf) do documento de decisões da Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP26) — e provavelmente o último antes do documento final, já que teoricamente a COP26 acaba nesta sexta (12) — foi divulgado por volta das sete da manhã no Reino Unido, o que demonstra uma noite longa na tentativa de encontrar consenso sobre os temas mais controversos.

De uma forma geral, o segundo texto foi considerado mais forte do que o primeiro nos quesitos de adaptação, finanças e perdas e danos, com chamadas para aceleração de compromissos que fechem o gap de ambição, isto é, as metas autodeclaradas por cada país para tentar limitar o aquecimento global a 1,5 °C até 2100.

No entanto, nem todos os pontos ficaram mais fortes.

O lobby de produtores de petróleo parece ter surtido efeito e o fim de subsídios ao setor foi amenizado a um ponto em que passou a ser considerado praticamente irrelevante por especialistas do setor.

Combustíveis fósseis

A linguagem do segundo rascunho em relação a combustíveis fósseis ficou mais branda. A simples manutenção da aceleração ao fim do uso de carvão foi considerada uma vitória, já que havia pressão para a retirada do tema do texto.

No entanto, o rascunho que antes pedia o fim de subsídios a combustíveis fósseis foi modificado, pedindo somente o fim dos subsídios que sejam “ineficientes”.

Na tentativa de fazer um texto em tom construtivo, foram incluídos incentivos à maior utilização de tecnologias e políticas que suportem a transição para sistemas energéticos de baixa emissão, escalando energias limpas.

Mitigação

No reconhecimento do buraco das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) atuais e no caminho para limitar o aquecimento global a 1,5 °C, uma mudança de texto foi considerada positiva.

Na primeira versão, estava incluída uma referência ao ano de 2100 como meta para a limitação do aquecimento global. Um ponto considerado arriscado por implicar a possibilidade de ultrapassar a meta em tão longo prazo, e que acabou sendo retirado.

Foi também incluída a meta de melhoria das NDCs em 2022. No entanto, o texto ainda não traz clara relação entre as NDCs e estratégias de longo prazo, somente “nota a importância” de fazê-lo.

Adaptação

Um pleito de países em desenvolvimento em relação a financiamento de adaptação não foi incluído no texto da COP26 até o momento.

Apenas cerca de 25% do financiamento climático vai para adaptação. Países em desenvolvimento queriam que o texto reconhecesse isso, já que financiar adaptação é mais difícil do que mitigação.

Esses países pedem um esforço coletivo de dobrar o financiamento dos níveis de 2019 até no máximo 2025, enquanto alguns países ricos, como os Estados Unidos, incentivam que a iniciativa de dobrar as finanças seja individual.

Ao menos o segundo rascunho incluiu uma data para que o montante seja dobrado: 2025.

Perdas e danos

Mesmo tendo sido citados diversas vezes antes da COP26, como no Santiago Network ou no mecanismo internacional de Varsóvia, esta é a primeira vez que mecanismos concretos para operacionalizar reparações de perdas e danos ligados à mudança climática foram incluídos no texto de capa da COP.

O texto estabelece que perdas e danos terão o suporte de uma assistência técnica, mas isso foi interpretado como potencialmente minimizando a proposta do G-77 de criação de um fundo de perdas e danos de Glasgow.

Não há nenhuma mobilização específica de finanças para o tema.

Financiamento

O ponto mais positivo em relação a financiamento foi o reconhecimento de que a meta de US\$ 100 bilhões ainda não foi atingida, o que já constava do primeiro rascunho.

No entanto, um avanço entre os textos foi o comprometimento mais claro de aumento desta meta para que, na média do acumulado de cinco anos até 2025, a meta de US\$100 bilhões seja alcançada.

Em relação a metas no pós-2025, o texto não traz muitas novidades e deixa em aberto um resultado para o fim das negociações.



Este tem sido um dos pleitos de países em desenvolvimento, que temem ver o financiamento cair após esta data caso não haja acordos ambiciosos fechados agora.

Juliana Ennes

Especial para a COP26, em Glasgow. Radicada em Nova Iorque, especializada na América Latina, ela tem focado sua cobertura nos setores de energia e meio ambiente, finanças, negócios e macroeconomia

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 12/11/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

PEC DOS PRECATÓRIOS DEVE SER LEVADA À JUSTIÇA POR FERIR CLÁUSULA PÉTREA DA CONSTITUIÇÃO. ENTENDA

Texto aprovado na Câmara que tramita no Senado será questionado por contrariar princípio da 'coisa julgada' ao adiar pagamentos determinados pelo Judiciário

Por *Manoel Ventura*



O deputado Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, na condução da votação da PEC dos Precatórios, no último dia 9 de novembro
Foto: Cristiano Mariz / Agência O Globo

BRASÍLIA — O espaço no Orçamento de 2022 que o governo quer abrir com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios deve ser alvo de contestações judiciais junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), além do próprio mérito do projeto.

Ao criar um teto para o pagamento de despesas do governo federal decorrentes de decisões judiciais, na prática, a PEC adia o pagamento de precatórios já expedidos. Na proposta original do Orçamento de 2022, há R\$ 89,1 bilhões destinados para o pagamento de precatórios.

A PEC faz esse valor cair para R\$ 44,5 bilhões, abrindo um espaço parecido no Orçamento de 2022: R\$ 44,6 bilhões. Esse dinheiro vai ser usado para pagar um Auxílio Brasil de R\$ 400, bandeira que o presidente Jair Bolsonaro quer levar para 2022.

Especialistas alertam, porém, que adiar o pagamento de precatórios já expedidos pela Justiça contraria o princípio de coisa julgada, que é cláusula pétrea da Constituição — ou seja, que não pode ser alterado mesmo por emenda à Constituição, caso da PEC. O Supremo pode julgar se Emendas à Constituição ferem cláusulas pétreas e já se manifestou duas vezes contra o parcelamento de precatórios.

STF já se manifestou contra parcelamento

Para juristas, a coisa julgada decorre do esgotamento das possibilidades de recursos à decisão judicial que enfrentou a questão principal do processo. Um precatório é expedido justamente quando esgota-se totalmente a possibilidade de o governo recorrer de uma decisão.

A expedição de um precatório é considerado, inclusive, um ato administrativo, que pode ser feito por diversos juízes quando uma decisão torna-se conclusiva (após o trânsito em julgado).

— A PEC contraria a coisa julgada, que é cláusula pétrea — afirma Gustavo Binenbojm, professor titular da Faculdade de Direito da UERJ, que representa o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (RJ) na ação no Supremo Tribunal Federal contra a tramitação da PEC.

Os precatórios de 2022 que o governo quer adiar já foram todos expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e demais tribunais de Justiça espalhados pelo país.

A posição do de Fernando Scaff, professor titular da USP, é a mesma: o adiamento das decisões em 2022 será alvo de uma disputa judicial.

— Mudar a regra não vai mudar a obrigação de pagar. Qualquer pedalada feita por essa PEC não atingirá os precatórios já expedidos e que precisarão ser pagos em 2022 — afirma.

Hugo Segundo, professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, afirmam que a PEC é inconstitucional também por ferir a separação de poderes. Ele afirma que a proposta representa uma interferência do Poder Legislativo em decisões do Judiciário.

— O precatório tem que ser pago porque o Estado, lá atrás, violou a lei. Ele causou uma lesão a alguém. Não pode se escolher se paga ou não é um precatório. Se o STF for coerente com decisões anteriores, vai declarar essa PEC inconstitucional. A principal forma de acabar com despesas com precatórios é o poder público parar de descumprir a lei.

Guedes: 'não é calote'

No início deste mês, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) divulgou uma nota técnica em que conclui que a PEC é inconstitucional. Para a entidade, a proposta representa o sexto "calote" desde a promulgação da Constituição, em 1988.

De acordo com a OAB, a discussão sobre mudanças constitucionais para alterar o regime de pagamento de precatórios no Brasil não é nova e tem sido alvo de reiterados questionamentos sobre a inconstitucionalidade de seu conteúdo perante o STF, o que gera insegurança jurídica.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, negou ontem irregularidades na PEC e disse que a proposta não se trata de um calote:

— Evidentemente não é calote. Se está dizendo que paga à vista imediatamente dentro do teto e o que estiver fora, dar condições de quitações instantâneas, em face da quantidade de ativos que o governo tem, não vai haver fila nenhuma.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/11/2021

PETROBRAS VENDE REFINARIA NO PARANÁ POR R\$ 178 MILHÕES

Estatual se desfez da Six para grupo F&M. Empresa ainda precisa vender outras cinco unidades

Por Bruno Rosa



Petrobras vende Unidade de Industrialização do Xisto, no Paraná Foto: Petrobras

RIO - A Petrobras anunciou nesta quinta-feira a venda de sua terceira refinaria. A estatal assinou com a empresa Forbes & Manhattan Resources, subsidiária da Forbes & Manhattan (F&M), o contrato para a venda da Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), no Paraná, pelo valor de R\$ 178,8 milhões (US\$ 33 milhões).

A F&M é uma holding canadense de capital fechado com foco em mineração.

A SIX é a terceira unidade a ser vendida pela estatal e faz parte de um pacote de oito refinarias da Petrobras que estão em processo de venda. Em março deste ano, foi assinado o contrato de

venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, e, em agosto, foi a vez da Isaac Sabbá (Reman), em Manaus, no Amazonas.

Por outro lado, a estatal vem encontrando dificuldades para se desfazer de outras refinarias. Nas negociações para vender a Repar (Paraná) e a Refap (Rio Grande do Sul), a estatal não conseguiu chegar a um acordo em relação ao seu preço. Já com a Rnest, em Pernambuco, não houve interessados.

Pelo acordo feito com o Cade, a Petrobras precisa vender todas as oito unidades até 31 de dezembro deste ano. Juntas, essas oito refinarias representam metade da capacidade de refino do país. Fontes dizem que a estatal vem negociando com o Cade esse prazo, mas o órgão regulador diz que esse prazo ainda está mantido.

Em nota, a estatal disse que a "operação reafirma o empenho da Petrobras em seguir com seu plano de desinvestimentos".

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) criticou a operação. Em nota, disse que é "mais um crime cometido contra o patrimônio nacional". O coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar, disse que a venda foi "feita de forma açodada, sem transparência no processo de formação de preço de venda, e que representará a construção de mais um monopólio privado no setor do refino do país."

Fonte: O Globo - RJ
Data: 12/11/2021

ARCELORMITTAL ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 4,3 BILHÕES NO BRASIL PARA EXPANDIR CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

Aportes serão realizados até 2024 em unidades que já operam em Minas Gerais
Por Ivan Martínez-Vargas



Alto-forno da ArcelorMittal, na Serra, no Espírito Santo: maior siderúrgica do mundo Foto: Rich Press/Bloomberg/27-07-2011

SÃO PAULO — A multinacional siderúrgica ArcelorMittal anunciou nesta quinta-feira um investimento de R\$ 4,3 bilhões em sua operação no Brasil até o ano de 2024. O aporte será realizado na usina da empresa na cidade de João Monlevade, e na Mina de Serra Azul, em Itatiaiuçu, ambas no estado de Minas Gerais.

A mina de Serra Azul terá sua produção praticamente triplicada, do atual 1,6 milhão de toneladas anuais para 4,5 milhões de toneladas de minério de ferro em pó. Localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, a mina opera desde 1974 e foi comprada pela ArcelorMittal em 2008.

— Será uma planta completamente nova para produzir (extrair) minério de ferro de alta qualidade, a matéria-prima para fazer pelotas de minério que vão ser exportadas para a ArcelorMittal no México, que tem equipamentos para fazer a pelota e usar nos altos-fornos lá para produção de aço — diz o presidente da ArcelorMittal Brasil, Jefferson de Paula. O investimento na mina é de R\$ 1,8 bilhão em dois anos e, com isso, a vida útil da operação se amplia em 34 anos.

Já a usina de Monlevade vai ter sua capacidade de produção quase dobrada até 2024, de 1,2 milhão de toneladas de aço bruto ao ano para 2,2 milhões de toneladas anuais.



A unidade, que hoje produz fio-máquina para aplicações industriais, como lã de aço, terá equipamentos novos. Cerca de 80% da produção é voltada ao mercado interno e o restante exportado, principalmente para os Estados Unidos e para a Ásia.

De Paula, afirma que o montante anunciado é o maior aporte já anunciado pela empresa em seus 100 anos no país, e ocorre meses após a divulgação de outro investimento, de cerca de R\$ 1,9 bilhão em uma operação de chapas de aço em São Francisco do Sul (SC).

"A empresa está confiante no cenário a médio e longo prazo do país, apesar do entendimento de que o mercado brasileiro de 2021 está sendo atípico", afirmou a companhia no texto que anuncia o investimento.

— Com a pandemia de Covid e as restrições de mobilidade, pessoas ficaram em casa e gastaram o dinheiro com bens, como carros e eletrodomésticos, e em reformas de suas casas. No Brasil, gastamos 6% do PIB em ajudas (como o Auxílio Emergencial) e as matérias-primas explodiram de preço, mas isso está regularizado. Não temos problema mais no Brasil com abastecimento de aço, o mercado está sendo suprido e os preços já estão estáveis — diz Jefferson de Paula.

Segundo o executivo, o consumo de aço no país aumentou 24% neste ano e deve se normalizar. A decisão de fazer aportes no país está atrelada a uma estimativa de crescimento médio de 5% ao ano da demanda pela matéria-prima no Brasil pelos próximos cinco anos.

— Precisamos de infraestrutura no país, e o governo fez uma série de concessões (que demandam investimentos). O marco do saneamento também foi importante. A parte da habitação continua crescendo também. Apesar dos juros em alta, temos um déficit habitacional grande ainda, há demanda — salienta o executivo.

Em outubro, a World Steel Association divulgou projeção de que o consumo de aço cresça 2,2% em 2022, influenciado por mercados fora da China, que apesar de ser responsável por mais da metade da demanda global, sofre desaquecimento no setor imobiliário nos últimos meses.

"A organização (ArcelorMittal) acredita no crescimento sustentável do Brasil e no aumento da demanda por aço, especialmente em setores-chave da economia brasileira, como construção civil, automotivo, máquinas e equipamentos, e por minério de ferro, tanto no mercado interno quanto para exportação", diz o documento

Aumento de produção em Minas Gerais

Em seu anúncio, a companhia que tem sede em Luxemburgo destacou que Minas Gerais, maior produtor de aço e de minério de ferro do país, "terá aumentada a produção de aço em cerca de um milhão de toneladas ao ano para aplicação em produtos de alto valor agregado".

A produção de minério de ferro será incrementada em 4,9 milhões de toneladas anuais: 2,9 milhões de toneladas de Serra Azul e 2 milhões de toneladas vindas da Mina do Andrade, no município de Bela Vista de Minas. A unidade abastece a Usina de Monlevade.

A indústria, que emprega no país atualmente cerca de 19 mil pessoas, afirma que quando as plantas estiverem operando a plena capacidade, em 2024, gerará 1.350 novos postos de trabalho. Desse total de empregos, 650 serão gerados na Usina de Monlevade e 330 na Mina do Andrade, além de 370 na Mina de Serra Azul.

Durante as obras de ampliação, a previsão é de geração de 7.500 postos de trabalho temporários no ápice dos trabalhos.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 12/11/2021



O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

BNDES REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 11,3 BILHÕES NO 3º TRI, ALTA DE 29%

O desempenho foi influenciado por participações acionárias detidas em grandes companhias, como Petrobras e JBS

ESTADÃO CONTEÚDO - conteudoestadao@estadao.com

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) registrou lucro líquido de R\$ 11,3 bilhões no terceiro trimestre, alta de 29% ante igual período de 2020, informou há pouco a instituição de fomento. Em nota, o banco informou que o desempenho do terceiro trimestre foi influenciado por eventos positivos relacionados às participações acionárias detidas em grandes companhias, como Petrobras e JBS.

“O desempenho no terceiro trimestre foi fortemente influenciado por reversão de provisão para perdas em investimentos na Petrobras, constituídas entre 2014 e 2016 (efeito líquido de R\$ 3,5 bilhões), receita com dividendos e juros sobre capital próprio (R\$ 2,1 bilhões) e resultado positivo de equivalência patrimonial (R\$ 1,8 bilhão), basicamente de JBS”, diz a nota divulgada há pouco.

Segundo a diretora financeira do BNDES, Bianca Nasser, apenas a reversão das provisões para perdas (“impairment”) com a participação na Petrobras, o banco de fomento teve um resultado positivo de R\$ 9,9 bilhões no terceiro trimestre. A executiva explicou, há pouco, em coletiva de imprensa transmitida pela internet, que as provisões foram feitas, seguindo os normativos, porque havia avaliação de perdas permanentes com as ações da petroleira.

A partir de 2017, essas provisões começaram a ser revertidas. Houve uma grande reversão em 2020, com a venda de parte importante da participação em oferta pública de ações, em fevereiro. Agora, no terceiro trimestre, “considerando a passagem do ciclo da pandemia e estabilização dos preços das ações”, houve uma “reversão permanente”, disse Nasser.

A carteira de participações societárias totalizou R\$ 67,8 bilhões no fechamento do terceiro trimestre, 2% abaixo do fechamento do segundo trimestre, “em função, principalmente, de desvalorização da carteira”, conforme a nota do BNDES. “O valor justo da carteira de participações societárias (avaliação gerencial) foi de R\$ 80,7 bilhões em 30 de setembro”, diz o texto. Petrobras, JBS e Copel são as maiores participações.

Já o resultado de intermediação financeira teve resultado positivo de R\$ 4,4 bilhões no terceiro trimestre. A carteira de crédito expandida totalizou R\$ 446,3 bilhões no fechamento do terceiro trimestre, crescimento de 1,8% em relação ao fechamento do segundo trimestre. Os desembolsos para financiamentos ficaram em R\$ 21,8 bilhões, 13% acima do valor do terceiro trimestre de 2020 e 74% acima do segundo trimestre deste ano.

“Do total de R\$ 21,8 bilhões registrado de julho a setembro, 43,8% foram para as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). O setor que recebeu mais crédito entre julho e setembro foi o de infraestrutura (R\$ 9,3 bilhões), seguido pelo agropecuário (R\$ 6,3 bilhões)”, diz a nota do BNDES.

Segundo o banco de fomento, a inadimplência até 90 dias se manteve baixa, “oscilando de 0,19% em 30 de junho de 2021 para 0,23% em 30 de setembro de 2021, inferior ao índice do Sistema Financeiro Nacional (2,29%)”. “A boa qualidade da carteira de crédito foi mantida, uma vez que 92,3% das operações estavam classificadas nos mais baixos níveis de risco (entre AA e C) em 30 de setembro de 2021. Esse percentual permanece superior ao registrado pelo Sistema Financeiro Nacional, que foi de 91,7% em 30 de junho de 2021 (última informação disponível)”, diz a nota do BNDES.

Em mensagem por vídeo gravada desde Glasgow (Escócia), onde acompanha a conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas (COP-26), o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, destacou que os resultados financeiros do terceiro trimestre estão alinhados com a estratégia do banco de apoiar a economia de baixo carbono.

“O setor financeiro tem papel central na agenda de descarbonização e migração para a economia verde, induzindo práticas, formando consensos e disseminando conhecimento”, disse Montezano.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/11/2021

BOLSONARO ANUNCIA PRORROGAÇÃO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO POR MAIS 2 ANOS

Medida, que acabaria este ano, vai evitar demissão em 17 setores que mais empregam no País
Por Eduardo Gayer e Lauriberto Pompeu, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro anunciou nesta quinta-feira, 11, a prorrogação, por mais dois anos, da desoneração da folha de pagamento dos 17 setores da economia que mais empregam. O benefício acabaria este ano.

“Reunido com a (ministra da Agricultura) Tereza Cristina, com o nosso prezado ministro (da Economia) Paulo Guedes e mais de uma dezena de homens e mulheres representantes do setor produtivo do Brasil, resolvemos prorrogar por mais dois anos a questão que tem a ver com a desoneração da folha”, disse Bolsonaro na cerimônia de lançamento do programa Brasil Fraterno - Comida no Prato, no Palácio do Planalto.

Mais tarde, em transmissão nas redes sociais, o presidente disse que a prorrogação do benefício representa renúncia de R\$ 8 bilhões por ano. Guedes, por sua vez, ressaltou que a PEC dos precatórios abre espaço no Orçamento para a medida.

A desoneração beneficia as empresas porque reduz os encargos trabalhistas que são pagos por elas. A medida consiste em trocar os tributos sobre os salários dos empregados por uma alíquota sobre o faturamento. Hoje, essas empresas podem escolher: ou pagam 20% de contribuição previdenciária sobre os salários dos funcionários ou uma alíquota que vai de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto.



O presidente Jair Bolsonaro; desoneração da folha de pagamento anunciada por ele reduz encargos trabalhistas para empresas. Foto: Gabriela Bilo/Estadão - 12/8/2021

O Congresso analisa a prorrogação do benefício na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. Ontem, o deputado Marcelo Freitas (PSL-MG) apresentou parecer favorável a projeto de lei para estender a desoneração na folha de pagamento até 2026. Hoje, Freitas disse ao Estadão que vai ajustar o texto para diminuir o prazo para dois anos, como sugeriu Bolsonaro. “Provavelmente vamos ajustar o relatório para ficar na mesma linha de dois anos também”. Para o relator, a manifestação do presidente ajuda a iniciativa a avançar. “A ideia é de que de fato esse apoio do governo facilita na tramitação”, afirmou. Caso o texto seja aprovado na CCJ da Câmara, a proposta pode ir direto para o Senado.

Mais cedo, empresários de setores como o de produção de proteína animal, comunicação e de calçados se reuniram com Bolsonaro para pedir o apoio do governo ao projeto que permite a

prorrogação da desoneração da folha. Além de Bolsonaro, participaram do encontro Paulo Guedes e Tereza Cristina.

"Foi uma surpresa muito positiva para nós esse reconhecimento da necessidade da desoneração. A prorrogação por dois anos é o que eles acham viável e factível para nós termos tempo para formatar essas medidas estruturantes", disse a presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Suruagy.

De acordo com ela, em troca da desoneração permanente, o presidente e o ministro da Economia pediram apoio para propostas como a que adia o pagamento de precatórios e deve ser votada pelo Senado ainda neste ano e as reformas administrativa e tributária, que estão sem previsão de prazo para serem votadas.

Vivien ressaltou a importância da medida para a geração e manutenção de empregos e disse que com a implantação da tecnologia 5G para o Brasil, há necessidade de criação de novos postos de trabalho, o que não seria cumprido se a desoneração fosse suspensa.

"Temos que contratar aproximadamente 490 mil novos profissionais. Se nós tivermos a perda da desoneração, em vez de eu estar contratando para incentivar essa conectividade, estarei demitindo em torno de 500 mil", explicou.

O presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin, alertou que o fim da política de desoneração aumentaria o preço dos alimentos. "(A prorrogação) possibilita que não tenhamos que repassar a reoneração que teríamos a partir de janeiro para o preço final dos produtos", disse. Santin também ressaltou que o modelo é importante para evitar demissões. "Nós vamos ter a certeza que poderemos não só não demitir, mas também criarmos novos empregos", afirmou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/11/2021

DECRETO REÚNE NORMAS TRABALHISTAS E FACILITA O ACESSO POR EMPREGADORES E EMPREGADOS

*Por Valéria Wessel S. R. de Paula**



Valéria Wessel S. R. de Paula. FOTO: DIVULGAÇÃO

No dia 11 de novembro, foi publicado o Decreto 10.854, instituindo o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência, tendo como objetivos, dentre outros, a simplificação e a desburocratização do vasto, porém disperso, arcabouço normativo trabalhista, de modo a observar o

respeito aos direitos trabalhistas e a redução dos custos de conformidade das empresas e promover a segurança jurídica.

O Livro de Inspeção do Trabalho impresso será substituído pelo Livro de Inspeção do Trabalho Eletrônico, que passará a ser o instrumento oficial de comunicação entre as empresas e a inspeção do trabalho – por meio de Ato posterior do Governo; e facilitará a verificação das práticas trabalhistas das empresas pelos fiscais, além de eliminar formalidades desnecessárias e padronizar os procedimentos.

Segue na iniciativa o envio de documentação eletrônica e em formato digital nos procedimentos administrativos ou fiscalizações, uma tendência acelerada pela pandemia.



As denúncias sobre irregularidades trabalhistas e pedidos de fiscalização serão formulados por meio de canais eletrônicos e há uma seção inteira tratando da atuação estratégica e preventiva da inspeção do trabalho.

No capítulo sobre registro eletrônico de controle de jornada, são mantidas as previsões constantes da CLT acerca da obrigatoriedade de controle de jornada para estabelecimentos com mais de 20 trabalhadores, além da permissão para pré-assinalação do período de repouso e registro de ponto por exceção, desde que mediante acordo individual ou coletivo.

Existe, ainda, um capítulo destinado a regulamentar a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior, nos termos da Lei nº 7.064, de 1982. Interessante notar que referidos empregados, enquanto estiverem prestando serviços fora do Brasil, poderão converter e remeter para o exterior os valores correspondentes à remuneração paga em moeda nacional.

Ademais, há previsão de dedução de direitos estabelecidos pela lei do local da prestação de serviços dos depósitos de FGTS.

Outro ponto de destaque e potencialmente gerador de controvérsias se encontra no amplo capítulo destinado à regulamentação do repouso semanal remunerado, pois há previsão de permissão, de caráter permanente, para o trabalho nos dias de repouso, desde que comprovado o cumprimento de algumas exigências técnicas e haja aprovação por Ato do Ministro do Trabalho.

A consolidação e simplificação de diversos decretos, portarias e instruções normativas em matéria trabalhista, ao atualizar seu conteúdo aos usos e costumes, doutrina e jurisprudência em vigor, certamente mitiga a insegurança jurídica, facilita o acesso dos atores sociais aos direitos trabalhistas e auxilia o indispensável processo de retomada econômica.

*Valéria Wessel S. R. de Paula é head da área trabalhista do escritório Castro Barros Advogados

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/11/2021

LUCRO DA CCR CRESCE 53% NO 3º TRI COM RECUPERAÇÃO DO TRÁFEGO

A receita líquida da companhia no trimestre somou 2,57 bilhões de reais, alta de 6%

REUTERS - reutersein@estadao.com

A operadora de concessões de infraestrutura CCR-0,59% teve forte aumento do lucro no terceiro trimestre, beneficiada pela recuperação do tráfego nas rodovias com a gradual retomada da atividade econômica devido ao arrefecimento da pandemia.

A empresa anunciou nesta quinta-feira (11) lucro comparável de 180,9 milhões de reais de julho a setembro, aumento de cerca de 53% sobre um ano antes. Em termos consolidados, o lucro evoluiu 55,5%.

“O resultado refletiu a recuperação do tráfego nas rodovias, que cresceu 14,5%”, afirmou a CCR no relatório de resultados.

A receita líquida da companhia no trimestre somou 2,57 bilhões de reais. Na mesma base de comparação, a alta foi de 6%, com destaque para veículos leves. E as despesas totais subiram 4,4% na mesma base, ritmo inferior ao da inflação no período.

Com isso, o resultado operacional da companhia medido pelo lucro antes de impostos, juros, amortização e depreciação (Ebitda) ajustado subiu 21,1%, para 1,61 bilhão de reais. E a margem

Ebitda evoluiu 3,3 pontos percentuais, a 63,1%. Entre o final de 2022 e começo de 2023 deve voltar aos patamares pré-pandemia.

Segundo a gerente de relações com investidores da CCR, Flavia Godoy, o movimento em rodovias administradas pela companhia no acumulado do ano tende a superar o do ano passado, dadas as perspectivas positivas para este quarto trimestre.

Já nas concessões de mobilidade urbana, o tráfego de passageiros no trimestre nas concessões da CCR, que incluem linhas do metrô paulistano, foi 33% maior ano a ano, enquanto o movimento nos aeroportos foi mais de 300% mais alto.

“Mantida a atual tendência de recuperação, o nível de tráfego em mobilidade urbana e aeroportos tende a voltar aos níveis pré-pandemia entre o final de 2022 e o começo de 2023”, disse a porta-voz da companhia.

A dívida líquida atingiu 16 bilhões de reais no fim de setembro, com o indicador dívida líquida/Ebitda ajustado em 2,4 vezes, contra 2,7 vezes um ano antes. “A empresa tem bastante espaço no balanço para aproveitar novas oportunidades”, disse Godoy.

A CCR garantiu em outubro a concessão por mais 30 anos da Via Dutra (BR-116), principal ligação rodoviária São Paulo-Rio de Janeiro, e da BR 101, entre Rio e Ubatuba (SP), ofertando desconto de 15,3% no valor de pedágio, além de uma outorga de 1,77 bilhão de reais, batendo a rival Ecorodovias. O novo contrato começa em 1 de março de 2022.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/11/2021

COMO O GOVERNO IRÁ MODERNIZAR A GESTÃO PÚBLICA ATRAVÉS DO DIÁLOGO COMPETITIVO

*Por Leandro Demarchi**



Leandro Demarchi. FOTO: DIVULGAÇÃO

Com a estreia da Nova Lei de Licitações (14.133/2021), sancionada no dia 1º de abril de 2021, finalmente começamos a experimentar a modernização e definição de métodos que priorizam a inovação de mercado nas compras públicas. A implementação das novas diretrizes para contratos administrativos acontecerá ao longo de dois anos, tempo suficiente para validar os impactos da tecnologia no setor público e comparar a mudança com os processos licitatórios que são, hoje, obsoletos.

A maior transformação no setor público trazida pela Nova Lei é, sem dúvidas, o Diálogo Competitivo, nova modalidade que valerá na contratação de obras, serviços e compras, localizada no artigo 6º, inciso XLII do Projeto de Lei. O modelo permite à Administração Pública apresentar uma necessidade e realizar debates com licitantes previamente selecionados com o intuito de encontrar alternativas capazes de atender à procura. Nessa conversa inicial, os licitantes apresentam ideias e projetos que podem não só solucionar demandas, mas também aprimorar e antecipar carências futuras no setor público.

Novidade no Brasil, o formato de diálogo nas licitações já é utilizado e tem sua eficiência comprovada em países da União Europeia e nos Estados Unidos (através da Federal Acquisition Regulation – FAR), por exemplo. Aqui no país, acreditamos que a modalidade deverá amadurecer o processo licitatório e viabilizar melhores produtos e serviços nas contratações. Isso é, além do



governo considerar apenas o custo e tempo de entrega em uma licitação, os requisitos “qualidade e inovação” também vão entrar na checklist prioritária na hora de fechar o contrato.

Fornecedores do governo, seja na instância municipal, estadual ou federal, poderão disputar contratos apenas após apresentarem soluções customizadas para a Administração e que possam potencializar o uso do dinheiro público. Dessa forma, o Diálogo Competitivo permitirá o acesso a tecnologias e metodologias do mercado que o governo dificilmente teria conhecimento ou oportunidade de contratação. O próximo passo para que o Brasil se aproxime de países desenvolvidos que já se beneficiam do método é garantir a escuta e estudo às soluções apresentadas na etapa do diálogo, compreendendo as necessidades dos contribuintes e como o Estado, em conjunto com empresas inteligentes, poderá atendê-las.

Fato que já sabemos é que a pandemia impulsionou a transformação digital no mercado brasileiro, que registrou aumento de 210% na abertura de startups e empresas de tecnologia na última década, segundo pesquisa da Datahub. A expansão do setor de TI (Tecnologia da Informação), bem como investimentos frequentes em Internet das Coisas (IoT), Inteligência Artificial (IA) e Big Data, ilustra o tanto que o país possui em recursos e talentos para acelerar o desenvolvimento social. Portanto, cabe ao governo garantir, cada vez mais, a participação de PMEs nas licitações para aproveitar ideias visionárias, sem favorecimento pessoal de grandes corporações.

Para além da pura implementação do Diálogo Competitivo, a nova modalidade vem para ensinar aos servidores públicos e autoridades a importância social das novas tecnologias no mercado, principalmente as que integram soluções de Inteligência Artificial (IA) e Machine Learning, que podem interpretar dados e tornar verticais da gestão pública mais eficientes, assertivas e acessíveis. Os setores que podem se beneficiar imensamente de tais recursos são os de Segurança, Educação e Saúde. Imagine câmeras inteligentes em ambientes públicos, a digitalização da sala de aula para aperfeiçoamento do aprendizado, ou até mesmo laboratórios muito mais capacitados, impulsionando pesquisas que, conseqüentemente, geram cada vez mais confiança e valor no sistema de compras públicas.

É válido ressaltar que a participação de empresas de tecnologia que possam contribuir com a modernização e avanço da gestão pública também devem estar atentas aos interesses da Administração. Em meio às notícias cotidianas que abordam as licitações como um terreno fértil para práticas ilegais, é natural que fornecedores em potencial possam apresentar desinteresse ou até mesmo insegurança para participar de contratos com o governo. A desconfiança é um dos fatores principais que afastam ótimas soluções que poderiam ser aproveitadas para o setor público, beneficiando a sociedade no geral e dando respaldo ao contribuinte de que as políticas públicas cumprem, integralmente, com seu propósito.

Nessa condição, muitas empresas acabam desconsiderando a perspectiva de crescimento agregada ao modelo de negócio: conforme o painel de compras do Ministério da Economia, disponibilizado no site de governo federal, 55% do valor estimado de processos de compras divulgados até novembro de 2021 incluem a participação de Micro Empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). Considerando novamente o aumento de 210% na abertura de startups e empresas de tecnologia na última década, é possível que diversos empreendedores estejam perdendo oportunidades de negociar produtos e serviços com o governo. É inegável que, do outro lado da bancada, as instâncias federais, estaduais e municipais também têm o dever de divulgar as mudanças trazidas pela Nova Lei de Licitações e incentivar a participação de pequenas empresas no modelo de compras públicas.

Assim sendo, devemos apostar e incentivar a promessa de transparência e modernização do processo licitatório, considerando um futuro próximo com tecnologias avançadas disponíveis para benefício da população. Acredito que a modalidade do Diálogo Competitivo, conforme a implementação da Lei, deverá ilustrar de vez uma mudança de paradigma na gestão dos recursos públicos no Brasil.

*Leandro Demarchi, Head de Enterprise Sales da Effecti, especialista em licitações

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 12/11/2021

HIDRELÉTRICA 'SEM DONO' ABASTECE FÁBRICA DA VOTORANTIM EM SÃO PAULO

Usina Salto do Iporanga, no município de Juquiá, foi concedida ao grupo em 1971 e o prazo de validade do contrato terminou no último dia 4, sem que a Aneel tomasse uma decisão sobre quem deve assumir a geração de energia da unidade

Por André Borges , O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Desde o dia 4 de novembro, parte da energia consumida pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do Grupo Votorantim, no interior de São Paulo, passou a ser gerada por uma hidrelétrica sem dono. As turbinas da usina Salto do Iporanga, localizada no município de Juquiá, têm suportado o processo de produção de alumínio da empresa, mesmo sem ter um proprietário oficial que responda por essa geração.

O caso inusual, que a CBA classificou como “uma situação de incerteza e insegurança jurídica”, é resultado da inércia da diretoria geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em tomar uma decisão sobre o caso.

A hidrelétrica Salto do Iporanga foi concedida à empresa do Grupo Votorantim nos idos de 1971, como parte do processo de expansão dos negócios da família Ermírio de Moraes. Como a produção de alumínio demanda grande consumo de energia, o conglomerado decidiu investir em suas próprias hidrelétricas para abastecer as unidades.



Hidrelétrica Salto do Iporanga, no município de Juquiá (SP); por lei, a usina tem que ser convertida em patrimônio da União após o fim do prazo da concessão. Foto: Votorantim Energia/Divulgação

Com a construção da usina Salto do Iporanga, a CBA passou a ter o direito de explorar sua geração pelo prazo de 30 anos. Em 2001, quando esse prazo acabou, a empresa pediu a renovação da concessão e conseguiu seguir à frente da usina por mais 20 anos. Ocorre que a validade dessa prorrogação teve fim no último dia 4, como já estava previsto. A agência reguladora, porém, não tomou uma decisão final sobre o que fazer com a hidrelétrica, que tem capacidade de geração de 37 megawatts.

Por lei, a hidrelétrica tem que ser convertida em patrimônio da União, porque é uma concessão para uso do bem público, nesse caso, as águas do Rio Assunguí, um afluente do Rio Juquiá. Portanto, a Aneel deveria ter declarado o fim da concessão e realizado um novo leilão para que empresas interessadas na usina pudessem assumir sua exploração. A CBA, de seu lado, defendeu que tinha direito a uma nova prorrogação da concessão e apresentou o pedido à agência. Nada disso, porém, ocorreu.

Sabendo que deixaria de ser proprietária da usina após o dia 4 de novembro de 2021, a empresa do Grupo Votorantim já tinha se antecipado e requerido o direito de seguir à frente da usina. Dois pedidos foram apresentados à agência reguladora, em 2016 e 2017, para pleitear uma nova renovação da concessão, sob o argumento de que mudanças legais ocorridas no setor elétrico lhe dariam esse direito.



Não faltaram análises técnicas sobre o assunto. Em fevereiro deste ano, após analisar o requerimento da empresa, a Superintendência de Concessão e Geração da Aneel negou o pedido e reafirmou que a usina deveria ser relicitada. A empresa reagiu. Em maio, foi a vez de a diretoria da CBA se reunir com a Procuradoria Federal da agência para discutir o assunto. No encontro, a empresa alegou, entre outras razões, que a usina tinha função específica de abastecer apenas a sua produção de alumínio e que não estava conectada ao sistema nacional de transmissão de energia, ou seja, era de seu uso exclusivo. Depois de analisar cada argumento da companhia, a procuradora federal junto à Aneel, Bárbara Bianca Sena, impôs uma nova derrota à empresa. “Opino pela improcedência do pedido de prorrogação da outorga da UHE (usina hidrelétrica) Salto do Iporanga”, declarou.

O posicionamento final do caso, porém, cabe à diretoria colegiada da Aneel, que avalia os pareceres técnicos e, a partir dessas informações, toma uma decisão. É o que não ocorreu até hoje.

No último dia de sua concessão, a CBA enviou uma carta à agência. No documento, a empresa alerta que o contrato “terá sua vigência encerrada”, embora “ainda não há definição acerca da prorrogação da respectiva concessão”, contrariando o que está previsto em lei, que prevê que a decisão deve ser tomada 18 meses antes do término do contrato.

“Apesar disso, não é possível - e nem técnica e juridicamente desejável - que a CBA simplesmente interrompa sua exploração da UHE Salto do Iporanga”, declarou a companhia, na carta. “E isso porque, de um lado (i) a CBA não poderia apenas desativar a UHE e ‘entregar as chaves’ do empreendimento ao Poder Concedente (até porquê essa concessionária acredita em seu direito à prorrogação); e, de outro lado, (ii) a interrupção da geração da UHE num momento de escassez hídrica afetaria toda a segurança energética do sistema”.

A empresa afirma que “se encontra hoje uma situação de incerteza e insegurança jurídica a respeito de como proceder” após expirado o prazo da atual concessão “e até o julgamento definitivo do processo administrativo”. Por isso, cobra “uma manifestação formal a respeito de como prosseguir”.

Nova consulta

Questionada sobre o assunto, a Aneel declarou que o tema chegou a entrar na pauta da diretoria da agência no dia 26 de outubro, nove dias, portanto, antes do prazo final da concessão. O pedido da empresa, porém, não foi deliberado, devido a novas alegações.

“A agência se reuniu com a empresa e terá que fazer mais uma consulta jurídica para esclarecer uma alegação adicional da geradora”, declarou a Aneel. “Em relação à operação da concessão, a geradora se mostrou ciente dos seus deveres”, informou a agência, sem dar novo prazo para que o caso seja concluído.

Apesar de o Grupo Votorantim alegar que o fato de a usina ser voltada para sua autoprodução inviabilizaria a sua concessão para outro interessado, a agência nega esse argumento. “O fato de a usina não estar conectada ao Sistema Interligado Nacional não significa que as instalações não devam ser revertidas para a União”, declarou.

Por meio de nota, a Votorantim Energia, que é a gestora dos ativos de geração da CBA, afirmou que seu pedido de prorrogação “foi protocolado na Aneel em 2016 e não há, até o momento, decisão final” da agência. “Enquanto aguarda a manifestação da União, a empresa continuará mantendo e operando a usina”, declarou a companhia, referindo-se a um dispositivo legal de 2013 que, em casos excepcionais, permite a continuidade da geração pela companhia, embora esta não seja mais, oficialmente, a dona da usina.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/11/2021

VALOR ECONÔMICO (SP)

PRIVATIZAÇÃO VAI A CONSULTA NESTE ANO, DIZ PORTO DE SANTOS

Em meio a desestatização, Santos Port Authority tem uma série de leilões de terminais, de onde saiu dia 19, e reforço de caixa

Por Taís Hirata — De São Paulo



Biral, presidente, garante que cronograma não será afetado pelo ano eleitoral — Foto: Divulgação/Sérgio Coelho

A primeira versão do projeto de privatização do Porto de Santos deverá sair até o fim de 2021, segundo o presidente da Santos Port Authority (SPA), Fernando Biral. Há alguns meses, o governo vinha falando que abriria a consulta pública em outubro, o que não se concretizou. O processo, porém, está em fase final, diz ele. A previsão preliminar é que a nova concessão inclua investimentos na ordem de R\$ 16 bilhões.

“Nesta semana, os estudos devem ser entregues para a análise da secretaria e da agência reguladora e, em breve, será aberta a consulta pública”, afirma.

Em paralelo a esse processo, o porto planeja licitar outros sete terminais até 2022. Além dos dois terminais de combustíveis (STS 08 e STS 08A), cujo leilão está marcado para a próxima sexta-feira (dia 19), estão programados os arrendamentos de mais cinco áreas: um terminal de grãos vegetais (STS 11); um de contêineres (STS 10); um de grãos minerais (STS 53); e dois retroportuários destinados a contêineres.

Na avaliação de Biral, o cronograma não será afetado pelo ano eleitoral. “Os leilões de arrendamento não sofrem impacto político. É um processo consolidado.”

As concorrências, que em alguns casos deverão ser acirradas e render outorgas significativas, deverão engordar o caixa já robusto da companhia docas. A SPA encerrou o terceiro trimestre deste ano com um total de R\$ 1,16 bilhão em caixa e aplicações financeiras – valor 71,1% maior do que há um ano.

O objetivo é, a partir desse reforço, distribuir dividendos à União, segundo Marcus Mingoni, diretor de Administração e Finanças da empresa. “A ideia é distribuir não só os 25% mínimos, mas tudo o que for possível”, diz.

Já o plano de investimentos da estatal tem cifras bem mais baixas. No terceiro trimestre, foram dispendidos R\$ 6 milhões – a maior parte em modernização tecnológica. No acumulado de 2021 até setembro, o valor foi de R\$ 17,9 milhões, e a previsão para o ano é de R\$ 28,5 milhões.

Segundo Biral, há diversas explicações para o volume reduzido de investimentos. Uma delas é que o estoque de projetos nos últimos anos foi minguando sem uma reposição, e que foi preciso criar uma nova carteira de obras. Além disso, ele cita a dificuldade de execução, por exemplo, pela necessidade de desapropriação ou de atualização dos estudos.

O que tem sido feito, diz ele, é tentar encaixar as principais intervenções nas novas concessões.

Dos cerca de R\$ 16 bilhões de investimentos previstos na privatização da SPA, estão inclusos a construção de um túnel submerso entre Santos e Guarujá (R\$ 3,5 bilhões), além do aprofundamento do calado do canal de acesso ao porto – uma demanda dos operadores, para viabilizar a entrada dos navios maiores.

Porém, ainda há um longo caminho até a desestatização, que, após passar por consulta pública, ainda precisará do aval do Tribunal de Contas da União (TCU), para que então o edital seja publicado. No mercado portuário, há ceticismo quanto à viabilidade de tirar o leilão do papel a tempo, mas o governo tem garantido que é possível fazer a licitação no segundo semestre de 2022.

Em paralelo, outro contrato importante que a atual gestão tenta viabilizar é a Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS), que prevê outro R\$ 1,8 bilhão de investimentos nos acessos. A modelagem deverá ser aprovada ainda em novembro, para que seja encaminhada ao TCU neste ano.

Nos últimos meses, a empresa tem registrado retração no faturamento, mas, com o corte de despesas, conseguiu manter o lucro líquido, que foi de R\$ 98,3 milhões no terceiro trimestre, alta anual de 9,2%. No período, a receita bruta caiu 18,8%, para R\$ 319,7 milhões. A queda é resultado de uma base de comparação elevada em 2020, já que, no mesmo período do ano passado, a SPA registrou receitas extraordinárias. Além disso, neste ano, houve impacto da quebra de safra de milho e açúcar, que reduziram a movimentação, explica Mingoni.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/11/2021

MINÉRIO DE FERRO CAI 3,11% NO PORTO CHINÊS DE QINGDAO, PARA US\$ 89,69 A TONELADA

Em novembro, o minério de ferro cai 16,40%. E no ano, o recuo acumulado está em 44,11%

Por Ana Paula Machado, Valor — São Paulo



Funcionário da mineradora sul-africana Sibanye-Stillwater mostrando minério bruto — Foto: Reprodução/Sibanye-Stillwater

Os preços do minério de ferro no mercado à vista na China voltaram à trajetória de queda acelerando o recuo da commodity neste mês.

Segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com 62% de teor de ferro, produto referência mundial, foi cotado no porto de Qingdao, na China, a US\$ 89,69 a tonelada. Esse valor representou um

decréscimo de 3,11% no comparativo com o dia anterior.

A desaceleração do minério, nesta sexta-feira, acentuou a desvalorização da principal matériaprima do aço tanto no mês quanto no ano. Em novembro, o minério de ferro cai 16,40%. E no ano, o recuo acumulado está em 44,11%.

Segundo a Fastmarkets, esse desempenho negativo da commodity pode ser explicado pelo movimento de manutenções de altos-fornos das siderúrgicas locais, depois que as margens se estreitaram significativamente ao longo da semana.

O contrato futuro de minério de ferro mais negociado para entrega em janeiro na Bolsa de Commodities de Dalian fechou em queda de 1,6%, a 546,50 yuans (US\$ 85,48) a tonelada, e estava a caminho de uma queda semanal de quase 3%.



Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 12/11/2021

NOVA LEI DE LICITAÇÕES E SEGURO GARANTIA ENFRENTAM OBRAS PARADAS

Obrigatoriedade de constar nos contratos cláusula de retomada das obras evita à contratante a interrupção dos serviços por inadimplemento

Por Milly Hirae

A nova Lei de Licitações e Contratos Públicos (Lei nº 14.133/21), sancionada em abril deste ano, propicia aos entes públicos mais zelosos com o dinheiro do contribuinte a exigência do seguro garantia de até 30% do valor dos contratos de concessão de aeroportos e portos, para obras de ampliação de linhas de metrô e do saneamento básico, para construção de pontes ou reforma de viadutos, entre outros. Antes, o previsto era de 10%.

A mudança visa o enfrentamento extremamente necessário à realidade de obras paradas no Brasil. É preciso diminuir a incidência delas e a perda de recursos financeiros. A obrigatoriedade de constar nos contratos a cláusula de retomada das obras evita à contratante (prefeitura, governo estadual, governo federal ou órgãos públicos em geral) a interrupção dos serviços por inadimplemento de consórcios de construtoras e empreiteiros. Cabe à seguradora vinculada, quando do sinistro, optar pelo pagamento de indenização ou assumir as obras com uma subcontratada, dando andamento ágil ao planejamento inicial.

É neste momento que as corretoras de seguros têm papel primordial de aproximação às tomadoras e entregar subsídios às seguradoras. Não cabe mais uma análise superficial, apenas de crédito. É preciso avaliar o balanço das empresas, o projeto como um todo, averiguar se o preço que será cobrado pela execução da obra está bem dimensionado. Assim será possível calcular o valor do prêmio e decidir por apresentar ou não proposta para o seguro garantia.

Atualmente, plataformas digitais de gestão de obras permitem às construtoras e às seguradoras acompanhar em tempo real a execução, os pagamentos, fazer gestão de atrasos e as devidas cobranças, evitando possíveis sinistros e acionamentos desnecessários do seguro garantia.

Segundo dados do Tribunal de Contas da União (TCU), em 2018 o país chegou a ter mais de 14 mil contratos paralisados e um prejuízo estimado em R\$ 76 bilhões. Só em São Paulo, dados do Tribunal de Contas do Estado apontaram 1.156 obras paradas ou paralisadas até abril deste ano, que exigiram R\$ 25 bilhões.

Problemas orçamentários, de planejamento, má qualidade dos projetos e corrupção provocam o excesso de obras paralisadas. A nova lei intimida “aventureiros” e chama ainda mais à responsabilidade a cadeia do negócio de construção civil para o setor público.

A nova lei vem em substituição às leis nº 8.666/93, a Lei do Pregão (nº 10.520/03), e a Lei de Regime Diferenciado de Contratações Públicas (nº 12.462/11). No entanto, há um período de coexistência de dois anos com as leis de licitações e contratos públicos, ou seja, neste período, os órgãos públicos podem optar por qual lei seguir no processo licitatório.

O foco da nova lei é bastante diretivo. Ela se aplica a toda administração pública direta, autárquica e fundacional dos entes da Federação (União, Estados, DF e municípios), incluindo os fundos especiais e as entidades controladas. E não às empresas estatais (públicas e sociedades de economia mista), que são regidas pela Lei das Estatais (Lei nº 13.303/16). Porém, é importante ressaltar que, no que compete às disposições penais, haverá aplicabilidade imediata.

A nova lei ganhará mais peso com a criação do Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), pois o caput do artigo 174 traz que o PNCP é sítio eletrônico oficial destinado à: I - divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos por esta lei; e II - realização facultativa das



contratações pelos órgãos e entidades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos.

Assim, alguns Estados como RJ e SP publicaram recentemente decretos estaduais com recomendação e orientação sobre a utilização da nova Lei, defendendo que somente quando o PNCP e a edição de decreto estadual se estabelecerem é que a plena implantação da disposição da Lei nº 14.133 será utilizada.

As normas atuais trazem sete modalidades de licitações, enquanto a nova lei tem cinco modalidades. A diferença está no Diálogo Competitivo em detrimento à Tomada de Preços e ao RDC. Os pregões passam a ser obrigatórios para bens e serviços comuns que, até então, eram facultativos na Lei do Pregão (nº 10.520/2003)

O Diálogo Competitivo oferece, em casos de situações complexas, a seleção prévia de alguns licitantes para desenvolverem alternativas e auxiliar no atendimento às necessidades do contratante. Ao final do diálogo, os licitantes são convidados a apresentar propostas.

As modalidades eram definidas de acordo com o valor estimado da contratação ou pela natureza do objeto e, com a nova lei, o que definirá a modalidade será apenas a natureza do objeto.

A licitação pode ser dispensada na nova lei para casos de até R\$ 100 mil em obras e serviços de engenharia e R\$ 50 mil para compras e outros serviços. Para as dispensas em casos emergenciais, destaca-se o prazo máximo desta contratação direta, que passa de 180 dias de vigência do contrato para até um ano.

Milly Hirae é gerente de setor público da Wiz Corporate E-mail atendimentocorp@wizsolucoes.com.br

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/11/2021

ACORDO CRIARÁ ROTAS VERDES MARÍTIMAS

Os países signatários concordaram em apoiar a criação de seis corredores marítimos verdes até 2025

Por Reuters — De Glasgow

Uma coalizão de 19 países, incluindo Reino Unido e EUA, concordou ontem em criar rotas comerciais de transporte com emissões zero entre os portos para acelerar a descarbonização do setor marítimo global, disseram as autoridades envolvidas.

O transporte marítimo – que movimenta 90% do comércio mundial – é responsável por quase 3% das emissões mundiais de CO2. A Organização Marítima Internacional (IMO), uma agência da ONU, disse que pretende reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa dos navios em 50% em relação aos níveis de 2008 até 2050. Mas a pressão é para o setor ter metas mais ambiciosas.

Os países signatários concordaram em apoiar a criação de seis corredores verdes até 2025, o que exigirá o desenvolvimento de suprimentos de combustíveis com emissões zero, infraestrutura necessária para descarbonização e marcos regulatórios.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/11/2021



AGÊNCIA BRASIL - DF

LEILÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO TERÁ SEIS CONCORRENTES

Todas as empresas habilitadas já atuam no pré-sal

Por Alana Gandra - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro



A Pré-Sal Petróleo (PPSA) anunciou hoje (12) as seis empresas habilitadas para participar do 3º Leilão de Petróleo da União, previsto para o dia 26, às 14h, na B3. As petroleiras CNODC, Equinor, Petrobras, Petrogal, Repsol e Totalenergies disputarão mais de 55 milhões de barris de petróleo de propriedade da União no Polígono do Pré-Sal, dos campos de Búzios, Sapinhoá e Tupi e da Área de Desenvolvimento de Mero.

A PPSA informou que todas as empresas habilitadas já atuam no pré-sal. Com exceção da Petrogal, as demais operam ou participam de consórcio em um dos quatro campos cuja parcela de óleo da União será leiloada. Apesar de o edital permitir a realização de consórcios, todas as companhias se habilitaram como proponentes individuais.

O leilão será presencial e transmitido ao vivo pelo canal da B3 no Youtube. As cargas serão leiloadas na seguinte sequência: Búzios, Sapinhoá, Tupi e Mero. Para cada área, serão oferecidos contratos cujos prazos podem variar de 24, 36 a até 60 meses. A maior carga a ser comercializada é da Área de Desenvolvimento de Mero, equivalente a 43,4 milhões de barris, para um contrato de 36 meses.

Leilão

O leilão poderá ocorrer em até três etapas. Na primeira, cada área será oferecida por contrato de maior prazo. Segundo explicou a PPSA, cada proponente entregará sua proposta por escrito, com base no preço de referência fixado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para o respectivo petróleo. Caso haja mais de um proponente, o leilão será iniciado a viva voz. Vencerá a empresa que oferecer o maior ágio.

Caso não haja proponente para o contrato de maior prazo, será realizada uma nova fase, com a reabertura do referido lote para contrato de menor prazo. Da mesma forma, vencerá quem ofertar o maior ágio sobre o preço de referência, podendo ou não ter etapa a viva voz.

Se ainda assim o lote não for comercializado, será iniciada a fase da repescagem. O lote será reapresentado pelo menor prazo e o vencedor será aquele que oferecer a menor oferta de deságio em relação ao preço de referência. Da mesma forma que na fase anterior, se houver mais de um proponente, terá início o leilão a viva voz. A Pré-Sal Petróleo, entretanto, poderá aceitar ou não a oferta.

Caso não aceite, existem opções que serão avaliadas posteriormente. Por lei, a PPSA pode vender o petróleo diretamente, preferencialmente por leilão, ou por meio de agente comercializador.

Edição: Fernando Fraga

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 12/11/2021

STF SUSPENDE PORTARIA QUE PROÍBE DEMISSÃO POR FALTA DE VACINA

Decisão foi tomada pelo ministro Luís Roberto Barroso
Por Agência Brasil - Brasília

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu hoje (12) a vigência de dispositivos da Portaria 620 do Ministério do Trabalho, que proibiu a demissão do trabalhador que não tiver tomado vacina contra a covid-19. O ministro atendeu ao pedido liminar feito por partidos de oposição.

A decisão não alcança quem tem contraindicação médica expressa para não se imunizar.

A norma da pasta considerou que constitui "prática discriminatória a obrigatoriedade de certificado de vacinação em processos seletivos de admissão de trabalhadores, assim como a demissão por justa causa de empregado em razão da não apresentação de certificado de vacinação".

Na liminar, Barroso entendeu que a medida onera as empresas e deveria ter sido feita por meio de lei formal.

"O Supremo Tribunal Federal já reconheceu a legitimidade da vacinação compulsória, por meio da adoção de medidas indutivas indiretas, como restrição de atividades e de acesso a estabelecimentos, afastando apenas a possibilidade de vacinação com o uso da força", argumentou o ministro.

A decisão de Barroso suspende o dispositivo que proibia a exigência de comprovante de vacinação na contratação ou para continuidade do vínculo de emprego. Além disso, também fica suspensa a parte da norma que considerou prática discriminatória a solicitação do cartão de vacinação e a demissão por justa causa pela falta do documento.

Edição: Aline Leal

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 12/11/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MARÍTIMOS PEDEM REINSERÇÃO DE 2/3 DE BRASILEIROS E LASTRO NO TEXTO DO BR DO MAR

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 12 Novembro 2021



Arquivo/Divulgação

Centro de Capitães condiciona apoio ao programa à manutenção das premissas, as quais considera proteção a empregos e à marinha mercante nacional. Para CONTTMAF, medidas não prejudicam competição na navegação costeira nacional.

O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado (CRA), Acir Gurgacz (PDT-RO), acatou dois pedidos de representantes de entidades de classe para que seja inserida novamente no projeto de lei da cabotagem (PL 4.199/2020) o aumento da exigência de marítimos brasileiros a bordo de embarcações que operam no modal. O Centro dos Capitães da Marinha Mercante (CCMM) alertou o Senado que é essencial a



manutenção entre as premissas do programa BR do Mar da participação de dois terços de marítimos brasileiros e a exigência de lastro de navios com bandeira nacional aos armadores que receberem as vantagens oferecidas pelo PL no afretamento de navios de outras bandeiras.

A associação, que representa capitães de longo curso e de cabotagem da marinha mercante, considera que essas medidas contribuem para evitar a desnacionalização, riscos à soberania marítima e a perda de vagas de emprego no setor. Em carta enviada ao Senado, o CCMM manifestou que não há condições de apoiar um programa governamental que resultará em grande dificuldade para os marítimos brasileiros atuarem nas carreiras marítimas em águas nacionais e que causará agravamento do desemprego no país, em especial na marinha mercante brasileira.

O centro reconhece que o programa precisa incentivar a entrada de novas empresas de navegação no mercado de cabotagem, porém sem ampliar a concentração de mercado. "Receamos que, atendidas as preocupações dos armadores atualmente instalados em nosso país, o quadro atual poderá se agravar, fazendo o nosso país ainda mais dependente do oligopólio instalado", posicionou-se o CCMM.

O documento ressalta que o PL aprovado na Câmara dos Deputados e que chegou ao Senado continha artigos que buscavam combater efetivamente o problema configurado ao longo das últimas décadas, em que o CCMM observa redução gradual e a possibilidade de desaparecimento da marinha mercante nacional. O centro elenca como condições essenciais para apoio ao programa a exigência de navios brasileiros como requisito para afretamento de embarcações estrangeiras e a previsão de participação de marítimos nacionais, com o comandante, o chefe de máquinas e mais dois terços de tripulantes brasileiros, de forma a garantir a existência de uma marinha mercante identificável como brasileira.

O CCMM entende que não é verdade a antiga crença difundida no país de que o navio na cabotagem compete com o caminhão, uma vez que os modais se completam e bem articulados, reduzem os gargalos logísticos. A avaliação é que, se a política implementada não promover a competição entre navios, não haverá serviço satisfatório ao usuário do transporte, nem custos decorrentes de competição.

"Estamos convencidos de que essa condição pode ser alcançada sem abandonar premissas básicas de manutenção da bandeira nacional na cabotagem, sem deixar de valorizar os investimentos ocorridos até aqui e sem reduzir ainda mais os postos de trabalho para brasileiros. É inegável em nosso país a falta de competição entre armadores na cabotagem, resultando em atendimento insatisfatório dos anseios dos usuários", manifestou.

O CCMM observa que o setor não tem encontrado dificuldades para crescer, chegando a expandir em mais de 12% ao ano, mesmo com as crises econômicas recentes, conforme dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). "As empresas crescem empregando 100% de brasileiros, deixando evidente que não são os trabalhadores nacionais que oneram o transporte. Lamentavelmente, o Congresso deixou de considerar o emprego de dois terços de marítimos brasileiros como um ponto essencial no programa e a proposta relatada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no Senado reduziu os postos de trabalho destinados a trabalhadores brasileiros, com anuência do Ministério da Infraestrutura para apenas um terço", apontou a associação.

Gurgacz também recebeu na CRA a manifestação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos (CONTTMAF), que enviou à comissão um ofício encaminhado ao Ministério da Infraestrutura registrando as preocupações dos marítimos com a possibilidade de o texto do PL, após discussão no Senado, provocar riscos de desaparecimento da marinha mercante genuinamente nacional e agravamento do desemprego no setor, deixando o Brasil ainda mais dependente das empresas que dominam o transporte marítimo no país.

A confederação sustenta que a efetiva competição entre navios pode ser alcançada sem abandonar as premissas básicas de manutenção da bandeira nacional na cabotagem e sem deixar de valorizar os investimentos ocorridos até hoje e sem reduzir ainda mais os postos de trabalho para brasileiros. “É inegável em nosso país a falta de competição entre armadores na cabotagem, resultando em atendimento insatisfatório dos anseios dos usuários. Apenas três empresas controladas pelas maiores mega transportadoras mundiais carregam 99% dos contêineres em nossa cabotagem”, diz o ofício, assinado pelo capitão de longo curso e presidente da CONTTMAF, Carlos Augusto Müller.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/11/2021

VAN OORD OFERECEU MELHOR PROPOSTA EM CONCORRÊNCIA PARA DRAGAGEM EM SANTOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 12 Novembro 2021



Arquivo/Divulgação

Oferta apresentada pela empresa holandesa, no valor de R\$ 371 milhões, para nova contratação terá documentação avaliada pela SPA. DTA, uma das cinco participantes do processo, cobra reequilíbrio de contrato vigente e ameaça suspender serviço na próxima semana.

A Van Oord ofereceu a melhor das cinco propostas em concorrência para a contratação da dragagem de manutenção do Porto de Santos. A empresa holandesa ofereceu R\$ 371 milhões para a realização dos serviços para a manutenção do calado nos trechos 1, 2, 3 e 4 do canal de acesso, bacias de evolução, áreas de acesso aos berços e nos berços de atracação do porto santista. O valor ofertado pela Van Oord ficou abaixo, respectivamente, das propostas da Enterpa Engenharia (R\$ 373 milhões), DTA Engenharia (R\$ 379 milhões), Jan de Nul do Brasil Dragagem (R\$ 381,6 milhões) e Dragabras (R\$ 445 milhões). As propostas da concorrência, que ocorreu na modalidade pregão eletrônico, foram abertas na última quarta-feira (10).

A DTA Engenharia, que executa uma dragagem contratada pelo porto em 2020, ameaça suspender o serviço deste contrato na próxima quarta-feira (17), caso não haja avanço nas negociações com a Santos Port Authority (SPA). Nos bastidores, a empresa de dragagem cobra uma dívida da ordem de R\$ 40 milhões referente a serviços executados e reequilíbrios contratuais. O vencimento do contrato, no valor previsto de R\$ 274 milhões, está previsto para abril de 2022 e, até agora, teriam sido pagos menos de 20% do previsto.

Procurada pela Portos e navios, a SPA afirmou que está adimplente com a contratada e que os pagamentos pelos serviços prestados estão sendo feitos rigorosamente conforme as cláusulas do contrato, que determina a realização dos desembolsos mediante comprovação da realização do serviço. Em nota, a autoridade portuária confirmou que existem pleitos que estão sendo discutidos administrativamente com a contratada, o que é comum em ritos da administração pública.

O pedido da empresa que aguarda posicionamento da SPA tem como argumento que, durante a execução do serviço, houve redução substancial dos volumes contratados, alta variação cambial, além de restrição no uso de 'overflow' por parte do órgão ambiental. O procedimento retira o excesso de água armazenada na cisterna draga, devolvendo-o ao ambiente. A DTA considera que a licitação atual manteve 'vícios do contrato', apesar dos pedidos de adiamento para tratar dos apontamentos feitos ao edital atual.

A SPA ressaltou que a atual contratação do serviço termina em janeiro de 2022 e que lançou licitação visando a continuidade da dragagem após o final do atual contrato. “O novo contrato não irá substituir, mas, sim, suceder o atual após seu encerramento, para que seja mantida a

continuidade do serviço”, salientou a SPA. A autoridade portuária destacou que a dragagem de manutenção não é um serviço com início e conclusão, mas uma ação rotineira necessária devido às condições naturais de assoreamento do estuário de Santos. A proposta melhor classificada no certame será agora avaliada pela SPA para verificação de regularidade técnica e documental.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/11/2021

PRIVATIZAÇÃO DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE ITAJAÍ É EQUIVOCADA, APONTA LOGÍSTICA BRASIL

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 11 Novembro 2021



Arquivo/Divulgação

Associação, favorável à permanência da autoridade portuária pública municipal por mais 25 anos, alega que modelo adotado é exitoso em 90% dos portos do mundo.

Associação Brasileira dos Usuários dos Portos, de Transportes e da Logística (Logística Brasil) divulgou uma nota pública, nesta quinta-feira (11), em que considera inaceitável que o

Ministério da Infraestrutura não leve em conta a opinião de especialistas que apontam ser equivocada a proposta de privatização da autoridade portuária pública de Itajaí (SC). A entidade apoia o pedido de prorrogação do convênio 08/1997, conforme as cláusulas da minuta de termo aditivo 1, que foi entregue ao ministro da pasta, Tarcísio de Freitas. Os usuários representados pela Logística Brasil são favoráveis à permanência da autoridade pública municipal no porto por mais 25 anos.

A associação alega que a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) do Ministério da Infraestrutura não apresenta números e estudos que justifiquem de forma convincente os objetivos da pasta. A Logística Brasil afirma defender uma governança portuária que seja eficiente e imparcial na busca de equilíbrio entre os diversos interesses que atuam no porto organizado.

"A associação foi surpreendida com a inclusão da autoridade portuária pública municipal no PPI do governo federal, para fins de privatização, embora, ironicamente, a operação no porto organizado já seja 100% privada. Trata-se de uma decisão que vai na contramão do benchmarking dos portos internacionais", afirmou em nota o diretor-presidente da Logística Brasil, André de Seixas.

O documento menciona que, há quatro anos, o prefeito de Itajaí e a autoridade portuária vêm requerendo a prorrogação antecipada, porém ainda não obtiveram resposta. A associação argumenta que os portos organizados do Paraná e do Rio Grande do Sul conseguiram receber tal antecipação, por mais 25 anos, o que violaria a isonomia entre os estados. Para a Logística Brasil, uma eventual transferência da autoridade pública para uma empresa privada acabará com toda a curva de aprendizado desse modelo de governança, o qual considera um exemplo para os usuários de portos do país. Atualmente, Santa Catarina possui a segunda maior movimentação de contêineres do Brasil e uma das cargas com maior valor agregado do país.

"O modelo de Itajaí é exitoso em 90% dos portos do mundo que o adotam há 800 anos", destacou Seixas. Ele acrescentou que Santa Catarina já teve o modelo de concessionário privado exercendo a autoridade portuária, através da Companhia Docas de Imbituba, que findou recentemente, com histórico de ineficiência e passivo tributário da ordem de R\$ 100 milhões deixados para o governo catarinense.

Durante audiência pública na comissão mista da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) sobre os portos catarinenses, o prefeito Volnei Morastoni, destacou o alto índice de arrecadação de impostos capitaneado pela atividade portuária. Ele citou que Itajaí é a 12ª cidade em arrecadação em impostos federais. "Tudo que se investe na cidade e no porto tem retorno. É perfeitamente possível que mantenhamos a operação privada, mas é fundamental a manutenção da autoridade portuária pública como uma função de Estado. O porto público de Itajaí é determinante para o sucesso dos terminais privados e de todas as atividades econômicas", afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/11/2021

COP26: MAIS DE 20 NAÇÕES PROMETEM DESENVOLVER ROTAS MARÍTIMAS COM EMISSÃO ZERO

Da Redação NAVEGAÇÃO 11 Novembro 2021



Um grupo de 22 países se comprometeu a criar corredores de transporte marítimo livres de emissões nos próximos anos como um passo inicial para descarbonizar o transporte marítimo.

Os países signatários da Declaração de Clydebank pretendem estabelecer pelo menos seis rotas de comércio marítimo onde os navios podem acessar combustíveis de emissão zero em uma base piloto até 2025 antes de escalar para rotas mais longas.

"É nossa aspiração ver muitos mais corredores em operação até 2030", disseram eles em 10 de novembro na declaração emitida na COP26.

A nova coalizão complementar a Zero-Emission Shipping Mission (ZESM), lançada pela Dinamarca, Noruega e Estados Unidos em julho para colocar o setor marítimo no caminho certo para atingir emissões líquidas zero até 2050.

Os três países formaram uma parceria com Austrália, Bélgica, Canadá, Chile, Costa Rica, Fiji, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Japão, Ilhas Marshall, Marrocos, Holanda, Nova Zelândia, Espanha, Suécia e o Reino Unido na Declaração de Clydebank.

Alguns países signatários esperam que as rotas marítimas verdes ajudem a atingir as metas provisórias do ZESM de colocar pelo menos 200 navios de emissão zero em operação, e ter esses navios responsáveis por 5% do consumo de bunker no comércio de alto-mar globalmente antes de 2030.

Isso é visto por muitos como tarefas desafiadoras porque as cadeias de suprimento de combustíveis de baixa emissão ainda não foram desenvolvidas em escala. Os primeiros navios movidos a amônia e metanol para o comércio em alto-mar devem atingir as águas apenas nos próximos dois a três anos.

Em um evento da COP26, Robert Courts, ministro do Reino Unido responsável pelo transporte marítimo, disse que os governos precisam fazer parceria com empresas privadas para iniciar projetos-piloto agora para que a meta de 2050 seja viável.

"A Declaração de Clydebank fornece aos governos a estrutura para encorajar o estabelecimento de rotas marítimas de emissão zero entre seus portos", disse Courts. "A declaração é a pistola de partida para a indústria investir em pesquisa e desenvolver essas tecnologias [de descarbonização] com confiança."

Benny Engelbrecht, ministro dos transportes da Dinamarca, disse que o objetivo final dos signatários é tornar os navios de emissão zero a escolha padrão para renovação da frota.

“Para seguir em frente ... Precisamos lançar [e ampliar] projetos de demonstração que mostrem aos formuladores de políticas e à indústria que o transporte com emissão zero é realmente possível”, acrescentou Engelbrecht.

A Getting to Zero Coalition, formada por mais de 150 bancos, armadores, empresas de commodities e fornecedores de combustível, sugeriu apoio político e acesso a combustíveis de baixa emissão para criar os corredores verdes.

Seu estudo publicado nesta quarta-feira (10) pela coalizão destacou o potencial de duas rotas marítimas de emissão zero: a rota de minério de ferro Austrália-Japão, com 29 GW de capacidade de eletrolisador de hidrogênio planejada na Austrália até 2030; e a rota de contêineres Ásia-Europa, com 33 GW de capacidade do eletrolisador definida para estar disponível na Europa e no Oriente Médio até 2030.

O CEO do Global Maritime Forum Johannah Christensen, cuja organização contribuiu para o estudo, disse que as partes interessadas nos setores público e privado não devem se preocupar excessivamente com as economias de escala na fase inicial.

“A coordenação pode ser facilitada pela abordagem do corredor verde. Os corredores são grandes o suficiente para desenvolver a oferta e a demanda em escala, mas pequenos o suficiente para permitir que políticas e modelos de negócios sejam ajustados para condições específicas”, disse Christensen.

Combustíveis de emissão zero ainda serão 25% -65% mais caros do que os combustíveis à base de petróleo nos primeiros corredores verdes, disse Faustine Delasalle, co-diretora executiva da Missão Possível Parceria apoiada pelo Fórum Econômico Mundial.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 12/11/2021

PROBLEMAS DE COMPETITIVIDADE DA MARINHA MERCANTE PRECISAM SER ENFRENTADOS, DIZ EX-COMANDANTE DA MB

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 11 Novembro 2021



Arquivo/Divulgação

Ilques Barbosa Junior acredita que Cluster tecnológico naval do Rio de Janeiro é oportunidade para setor buscar iniciativas e contribuir para tornar construção naval e marinha brasileira mais fortes.

O ex-comandante da Marinha (2019-2021), Almirante de esquadra Ilques Barbosa Junior, defendeu, na última quarta-feira (10), que o país precisa enfrentar os problemas que tiram a competitividade dos produtos brasileiros, sejam eles de ordem legislativa, tributária ou de outra natureza. Ele acredita que o Cluster tecnológico naval do Rio de Janeiro será uma oportunidade para o setor buscar iniciativas e contribuir para tornar a construção naval e a marinha brasileira mais fortes.

“Se não equilibrarmos a situação da oferta de navios da marinha mercante brasileira e se não equacionarmos a situação do frete com a marinha mercante brasileira, o agronegócio estará fora do mercado. Alguém acha que mercados europeus, com produtos europeus terão consideração pelo mercado brasileiro porque somos bons de futebol e de samba?”, indagou Barbosa.



Ele chamou a atenção que, se nada for feito, o país poderá sofrer com situações sociais 'extremamente desfavoráveis'. O ex-comandante da Marinha reconheceu que é mais barato e mais rápido construir em estaleiros asiáticos, porém o setor pode buscar um caminho de fortalecimento. "Vamos colocar maturidade nesse assunto. É muito caro construir navio no Brasil? Então vamos fazer ele ficar mais barato. Não há outra solução", afirmou Barbosa durante evento sobre o Cluster Tecnológico Naval do Rio de Janeiro, promovido pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan).

Barbosa acrescentou que muitos empresários são convidados a levar suas fábricas para fora do Brasil, o que arrasta vagas de empregos para o exterior. Ele disse que é favorável a privatizações, mas considera que multinacionais que compram empresas nacionais dificilmente colocariam brasileiros nos postos-chaves. "Todo modelo estatal deveria ser 'modelo Emgepron' (Empresa Gerencial de Projetos Navais), modelo estatal não dependente. O esforço na Amazul (Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A) é nessa direção", afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/11/2021



MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOS SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de "feeds" é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercosshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercosshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006